



- REIVINDICAÇÕES:**
- 1 - REJUVENESCIMENTO  
PROFISSÃO.
  - 2 - APOSENTAÇÃO JUSTA E S  
PENALIZAÇÃO.
  - 3 - ACABAR COM  
PRECARIIDADE.
  - 4 - MELHORES CONDIÇÕES  
TRABALHO.
  - 5 - FIM DOS AB  
ILEGALIDADES NOS HORÁRIOS  
LABORAIS.
  - 6 - RECOMPORA CARREIRA.
  - 7 - FIM DAS VAGAS NO 5º E 7º  
ESCALÕES.
  - 8 - MUDAR A AVALIAÇÃO.

**ESCOLA** informação

Nº 297 outubro . 2021 . MENSAL . 0,50€

**5 DE OUTUBRO**  
Momento de uma luta  
que tem de continuar

## LEITURAS



Mazzucato, Mariana  
*Economia de Missão*  
Lisboa, Temas e Debates  
Círculo de Leitores, Lisboa, 2021

“*Economia de Missão* tem que ver com o modo como o governo tem de mudar a partir de dentro para proporcionar resultados ambiciosos e também com a forma como tem de alterar a sua interação com outros agentes. A situação atual dos instrumentos habituais usados pelos governos, como a tributação, a política orçamental e a política monetária, é caracterizada por andar à deriva” (pp. 50-51).

Com estas considerações Mariana Mazzucato, professora de Economia no University College de Londres, expressa as preocupações de alguns economistas pertencentes ao ‘mainstream’ da lúgubre ciência económica dominante perante o estado do capitalismo realmente existente. Este confronta-se com “quatro fontes de

problemas: 1) a visão de curto prazo do setor financeiro; 2) a financeirização das empresas; 3) o estado de emergência climática; 4) e os governos lentos e ausentes” (p. 42).

A visão de curto prazo do setor financeiro desencadeia uma enorme transferência de recursos financeiros para a banca, as seguradoras e o imobiliário, ou seja, para usos improdutivos, designados pelo acrónimo FIRE (FINANCE, INSURANCE, REAL ESTATE), que literalmente ‘queimam’ os alicerces da economia produtiva, geram bolhas especulativas e alimentam uma relação desigual entre a riqueza privada e os salários que aumentou nos países prósperos de 200-300%, em 1970, e de 400-600% mais, em 2010. Entretanto, os empréstimos imobiliários, que em 1970 constituíam apenas 35% de todos os empréstimos bancários nas economias avançadas, atingiram 60%, em 2007, o que seguramente esteve na origem da crise ‘subprime’ de 2007-2008.

A financeirização desviou capitais dos investimentos que propiciavam retornos de longo prazo para aplicações financeiras de carácter especulativo de curto prazo, geradoras de elevadas taxas de endividamento. Este processo, apesar de ter uma dimensão global, atingiu a sua expressão máxima nos EUA e na sua ‘colónia’ da Grã-Bretanha. Em ambos triunfou a famigerada doutrina da ‘corporate finance’, baseada exclusivamente na criação de valor para os acionistas e sem nenhum tipo de consideração pelos trabalhadores, concebidos como meros custos que têm de ser ‘cortados’ mais cedo ou mais tarde. Resultado: em 1980, no Reino Unido o salário de um diretor executivo era 20 vezes mais elevado do que um salário médio, enquanto em 2016 já era 129 vezes maior; por sua vez, os pagamentos totais a acionistas passaram de 10% em 1970 para 60% em 2015. Também nos países escandinavos, outrora modelos e paradigmas do Estado Social, a desregulamentação financeira fez disparar o endividamento privado e as aplicações financeiras no setor FIRE.

A aliança entre o setor financeiro e a economia baseada nos combustíveis fósseis aproxima

cada vez mais o planeta do colapso ambiental. Segundo o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas, este cenário está a uma curta distância de dez anos. Entretanto, os governos, apesar da sua retórica ambientalista, não cessam de subsidiar as empresas de combustíveis fósseis. Em 2019, estas receberam 20.000 milhões de dólares anuais nos EUA e 151 mil milhões na União Europeia para continuarem a envenenar impunemente o planeta.

A postura dos governos perante estes três problemas é de a seguir a cartilha do fundamentalismo neoliberal: o capitalismo funciona através de mercados autorregulados em que cada um é motivado pelo seu próprio interesse particular – as empresas visam maximizar os seus ganhos, os consumidores maximizar a satisfação dos seus desejos e os trabalhadores maximizar, se puderem, as suas escolhas entre mais trabalho ou mais lazer. Será, por fim, a ‘mão invisível’ do mercado poderoso a fazer com que a satisfação do interesse de cada um contribua, embora de forma involuntária, para a satisfação dos interesses de todos.

A alternativa passa por uma nova máxima: o governo é cada vez mais parte da solução para a resolução dos problemas gerados pelo capitalismo pré e pós-pandémico. De reativo deve converter-se em pró-ativo: tributar as mais-valias financeiras, encorajar os investimentos que exigem retornos de longo prazo, produzir legislação que controle ou ponha termo à recompra de ações e deixar de subsidiar direta e indiretamente os combustíveis fósseis, em suma, “terá de se transformar a ‘si mesmo’ numa organização com a capacidade e a aptidão de estimular e capitalizar a economia para que esta seja mais orientada para objetivos” (p. 51). Eis a sua “missão” para “mudar o capitalismo”. O problema é que este, tal como o vírus pandémico, está sempre a mudar de forma para, no fundo, permanecer sempre na mesma.■

Joaquim Jorge Veiguinha

## É tempo de definir claramente as nossas posições e reivindicações

A não aprovação, já anunciada, da proposta de Orçamento de Estado para 2022 na Assembleia da República, implica que teremos, com grande probabilidade, eleições no início do próximo ano.

O governo vai supostamente manter-se em funções, gerir até final do ano o OE de 2021 e, em janeiro de 2022, governará com duodécimos. Depois, o processo recomeça, com um novo governo e uma nova proposta de Orçamento. Esta proposta de Orçamento, agora chumbada no plenário, no que dizia respeito à Educação ignorava expressamente muitos dos problemas centrais das escolas e dos professores, à semelhança, aliás, do seu congénere de 2021.

Fazendo uma retrospectiva, é importante recordar o que, em 2019, constava do Programa Eleitoral do Partido Socialista. Neste, referia-se que não era possível concretizar políticas públicas de educação alheadas dos seus profissionais, destacava-se a importância da estabilidade na profissão docente, da valorização das carreiras e, pasme-se, aludia-se à necessidade de rejuvenescer o corpo docente.

Promessa de campanha, pois claro, porque nenhum Orçamento apresentado por este governo ao longo da legislatura que, entretanto, terminou, refletiu estas promessas de campanha eleitoral no setor da educação.

A proposta de Orçamento para 2022 apenas repetia o que as anteriores já faziam, ou seja, ignorava estas questões e continuava a não dar resposta aos problemas que afetam a Educação, tanto no Ensino não Superior, como na proposta de Orçamento de Estado para o Ensino Superior e a Ciência.

Para o Ensino não Superior, a proposta cresceu, de facto, no que propõe para o Orçamentado (orçamentado e executado nem sempre coincidem) em relação a 2021. Contudo, o grosso deste investimento continuava a ser alavancado nas verbas dos Fundos Europeus, que cresceram substancialmente, cerca de 65,5%, ou seja de 553,5 milhões de euros para 916,1.

É necessário salientar que o total da verba que o Orçamento propunha para a Educação, no valor de 7805,5 milhões de euros, continua muito abaixo dos 6% do PIB que as Organizações Internacionais que analisam e refletem sobre Educação no Mundo, recomendam aos países para o investimento neste setor.

Por exemplo, esta proposta apenas alocava em percentagem do PIB, 3,52%, se considerarmos o aporte dos fundos europeus e sem estes fundos, o valor desce para 3,11%, ou seja, pouco mais de metade do recomendado.

No caso da Ciência e Ensino Superior, apesar de alguns tímidos acréscimos nas verbas transferidas, quando comparado com o Orçamento do ano anterior, a proposta para 2022 continuava a ser claramente insuficiente e a não dar respostas aos problemas estruturais que afetam este setor. Refira-se, a título de exemplo, o envelhecimento do corpo docente e as questões da precariedade agravada pelo bloqueio à abertura de concursos, tanto para a carreira docente como para a investigação.

Estes problemas avolumam-se e agudizam-se cada vez mais quando, por exemplo, e no caso do Ensino não Superior, se mantém um ministro escudado por um governo que, objetivamente e assumidamente, nada resolve.

Este ministro, de forma inexplicável e até inédita em democracia, é mantido em funções, sujeitando os professores e a sua organização mais representativa a um intransigente bloqueio negocial.

Aliás, alguns episódios recentes demonstram claramente a postura que este ministério adota e que revela, acima de tudo, um enorme desrespeito para com todos os professores e educadores portugueses. É lamentável a forma insultuosa como foram tratadas as delegações da FENPROF que, muito recentemente, se deslocaram ao Ministério da Educação.

Agora, o momento é outro, o quadro político alterou-se no dia 27 de outubro e o chumbo da proposta de Orçamento passou a palavra aos eleitores que serão chamados a pronunciar-se.

Aos professores e educadores cabe a tarefa de continuar a exigir o início de um diálogo que permita encontrar soluções para a resolução dos seus problemas e da educação em geral.

A luta dos professores não pode parar.■

ficha técnica:

**Diretor:** José Feliciano Costa .**Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguiña, Carlos Leal **Redação:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas) . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha sobre fotos de FENPROF . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A.. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



## 2 Sugestões

## 3 Editorial

## 5 Dossier

Bibliotecas Escolares

## 17 Cidadania

Ocidente acidental

## 19 Escola/Professores

19. Dia Mundial do Professor

20. Espetáculo comemora aniversário do SPGL e abertura do ano letivo

21. Conselho Geral aprova parecer sobre atividade do SPGL e regulamento do contencioso

21. Agrupamento de Escolas Gil Vicente

22. Reformados/Aposentados reivindicam

22. Memorando de Esclarecimento

23. Bullying institucional

23. 3ª Corrida dos Professores e da Educação

24. Conferência “Educação de Infância para todos, compromisso com o futuro”

24. Escolaridade obrigatória a partir dos 3 anos?

25. Encontro Nacional Ensino Artístico Especializado da Música e da Dança

26. Ensino Superior Remoto

27. Petição à Assembleia da República

## 28 Interculturalidade

Contributos para uma educação intercultural e antirracista

## 30 Opinião

Livros, Leitura, Bibliotecas

## 31 Aos Sócios

## 35 Consultório Jurídico

O Regime de administração e Gestão dos Agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas

**Numa era de capitalismo académico de plataformas, de obsessão patológica (...), os grandes beneficiários são as grandes empresas transnacionais que monopolizam o sector da educação e que canibalizam as Instituições de Ensino Superior**

## Casas de banho

No passado dia 19 de outubro, elementos do secretariado nacional da FENPROF deslocaram-se às instalações do M.E. com a intenção de aí ficarem exigindo a marcação de reuniões que permitam resolver os graves problemas que atravessam a carreira docente e a Escola. Como forma de demover os (as) sindicalistas, responsáveis do M.E. tiveram uma “brilhante” ideia: encerraram as casas de banho. Foi necessário chamar a polícia para repor a legalidade – encerrar as casas de banho neste contexto é ilegal. Pode, quem toma uma decisão destas, estar num Ministério da Educação?

## Mentira, ignorância ou má-fé?

Umhas horas mais tarde, alguém que se apresentou (de maus modos) como assessora do ministro, vociferou não perceber o que aqueles sujeitos ali estavam a fazer porque naquele mesmo dia estava a decorrer uma reunião com os sindicatos... O secretário-geral da FENPROF, que integrava os ocupantes, ficou perplexo: uma reunião com ele que ele desconhecia? Tudo se esclareceu pouco depois: nessa mesma data decorria uma reunião promovida pela OCDE na qual, obrigatoriamente, participavam um representante do M.E. (no caso, a secretária de Estado) e representantes dos sindicatos, no caso, um da FNE e outro da FENPROF. Nada que tivesse a ver com negociações sindicais sobre os problemas dos docentes. A assessora errou por iniciativa própria ou foi “mandada errar”? Ou o ministério não sabe a quantas anda?

## Assobiar para o lado

Faltam professores em muitas das nossas escolas, e em várias disciplinas. Os jovens universitários fogem dos cursos para a docência, o desencanto e o cansaço dos professores e educadores em exercício é total. Seria previsível que um ministro da Educação se preocupasse e tomasse as medidas necessárias. Mas acontece que não há ministro da Educação. Tiago Brandão Rodrigues: um ministro do desporto que por erro de “casting” foi parar à 24 de Julho (antes seria à 5 de Outubro).■



# Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO N.º297 outubro 2021

## ■ Bibliotecas Escolares

O grande desafio é “estar sempre à procura de coisas novas, de coisas diferentes” – uma ideia que perpassa toda a entrevista com as professoras bibliotecárias do Agrupamento de Escolas D<sup>a</sup> Maria II, no Cacém e que, por si só, nos dá uma noção de como funcionam, de qual o cunho do trabalho desenvolvido nas/pelas bibliotecas escolares. O que, no fundo, vai ao encontro da ideia, defendida na entrevista incluída também neste dossier, por Maria José Vitorino, que “é impensável, ou deveria sê-lo, uma escola sem biblioteca escolar moderna, ágil, qualificada e inovadora”.

O 5.º Encontro de Bibliotecas Escolares do Concelho de Almada, encerra o dossier – para além do texto sobre o Centro de Documentação do SPGL – com a divulgação de um significativo conjunto de projetos e experiências, em torno de Livros e literacias.■

# O grande desafio é estar sempre à procura de coisas novas, de coisas diferentes



Foto: Ligia Calapez

• Ligia Calapez  
Jornalista

**“Contos de fadas e contos tradicionais de todo o mundo” é, este ano, o tema trabalhado nas escolas neste mês de outubro, mês das bibliotecas escolares. Um bom pretexto – ainda que de tal não houvesse necessidade – para ir ver como se organiza e funciona, no quotidiano, uma biblioteca escolar. Essa a perspectiva que nos levou ao Agrupamento de Escolas D<sup>a</sup> Maria II, no Cacém, onde pudemos conversar com as professoras bibliotecárias da Escola Básica e Secundária Gama Barros e da EB1 Ribeiro de Carvalho – Filomena Lima e Maria Gracinda.**

O grande desafio é “estar sempre à procura de coisas novas, de coisas diferentes” – foi uma ideia de fundo que percorreu todo este diálogo a várias vozes, em que se falou, em par-

ticular, de como funcionam as bibliotecas, como se escolhem e elaboram projetos, como se articula com professores e currículos, com que apoios se conta, que posição ocupam as bibliotecas no seio da comunidade escolar e das suas dinâmicas. E em que ressaltou o muito trabalho, muito entusiasmo, um grande gosto por aquilo que se faz – e também a importância do trabalho de equipa e do apoio (por vezes decisivo) da direção da escola.

### Como se desenvolve o trabalho de uma biblioteca escolar? Com que apoios conta?

O trabalho das bibliotecas escolares tem que ter em conta – como ponto de partida - os quatro domínios inscritos no modelo de avaliação: domínio A – Currículo, literacias e aprendizagem (inclui literacias da informação e

dos média); domínio B – leitura e literacia; domínio C – projetos e parcerias; domínio D – gestão da biblioteca escolar.

É neste quadro que se organiza o trabalho. “Quando planificamos as nossas atividades e preparamos o ano letivo, temos que pensar estes 4 domínios” – sublinha Filomena Lima.

Os necessários apoios – na atividade quotidiana, em termos financeiros – concretizam-se, antes do mais, através do professor coordenador, “que nos acompanha, de muito próximo, com disponibilidade total”.

Da parte da RBE, os apoios têm lugar através dos projetos aprovados e respetiva contribuição financeira. E, naturalmente, quando a biblioteca entra para a RBE. “Recebemos então verbas para a aquisição de mobiliário, de estantes, mesas, cadeiras”. Verbas ain-

da insuficientes, complementadas com o apoio da escola. “O apoio da escola, da direção foi/é fundamental. Sem esse apoio, não se consegue fazer nada”. A escola apoia ainda financeiramente “para comprar livros, outras coisas que precisamos fazer”, esclarece Filomena Lima

Por outro lado, quando é elaborado o plano anual de atividades, “há uma parcela que prevê os custos – e nós indicamos os custos previstos. Quando o plano anual de atividades é aprovado – em conselho pedagógico e em conselho geral – há um compromisso da direção em como vai viabilizar essa atividade”.

Entretanto, aderir à RBE implica algumas condições mínimas, que nem sempre existem: um número mínimo de alunos, uma área que permita ter zonas funcionais mais ou menos definidas. No Agrupamento de Escolas D<sup>a</sup>. Maria II, nem todas as escolas reúnem as condições requeridas. Porquê? “Tendo em conta o número de alunos do agrupamento, teríamos até direito a um 3º professor bibliotecário – assinala Filomena Lima – Mas as escolas estão sobrelotadas e, portanto, não temos uma sala que reúna os requisitos mínimos indispensáveis para a candidatura à RBE”.

### **Este o enquadramento geral. E como se elaboram e decidem os projetos a avançar?**

O início do ano é o momento de escolhas e de definir opções, tendo em conta o leque de projetos apresentados através da RBE e do Plano Nacional de Leitura. Cabe às bibliotecas escolares e às escolas fazer as suas escolhas.

Maria Gracinda destaca duas vertentes do trabalho das bibliotecas. “Algumas atividades são propostas por nós, biblioteca, quando achamos que seria uma coisa interessante para se fazer; noutras situações são os próprios professores que – nomeadamente no âmbito da flexibilidade curricular, no âmbito da cidadania e noutras atividades que tenham pensado fazer com as turmas – nos procuram e sugerem a ar-



Foto: Lígia Calapez

ticulação e a colaboração. Há aqui uma conversa, uma reunião em que fazemos uma partilha de ideias e opiniões. E é assim que, depois, se constrói o plano anual de atividades – da biblioteca e da escola”.

Na Ribeiro de Carvalho, “a biblioteca funciona mesmo como o polo dinamizador de tudo” ([www.ocastelodoslivros.blogspot.com](http://www.ocastelodoslivros.blogspot.com)), considera Maria Gracinda. “Não existe propriamente um plano anual de atividades da escola – existe é um plano anual de atividades da biblioteca – que é da escola toda. Depois há atividades da Câmara, outros projetos que surgem. E as colegas, claro, recebem outras entidades, fazem outros projetos. Mas a grande mancha é mesmo a biblioteca escolar – passa tudo ali pela biblioteca”.

“As atividades promovidas pela biblioteca, são propostas”, faz questão de salientar. “Nós propomos um conjunto de atividades – mas o professor só participa se achar que é interessante e quer participar”.

### **Alguns exemplos de atividades, numa pequena escola do 1º ciclo**

“Posso destacar uma atividade

que faço livremente com os alunos nos intervalos (em que não há professores envolvidos de forma direta) – os monitores da biblioteca escolar”, começa por referir Maria Gracinda. “Esta atividade desenvolve-se com miúdos do 4º ano. Em que é que consiste? Os miúdos inscrevem-se e, durante os intervalos (este ano também estamos a abrir a biblioteca à hora do almoço), como monitores, apoiam-me a mim e apoiam os colegas que estão a frequentar o espaço. Fazemos uma reunião e uma pequena formação. Têm uma escala. E ajudam imenso, sentem-se responsabilizados. Mesmo crianças problemáticas na sala de aula, na biblioteca estão perfeitamente integrados a desempenhar muito bem as suas funções”.

**Já leste um livro hoje?** – é um projeto a que a biblioteca concorreu já há 2 ou 3 anos e que proporcionou uma experiência nova: a construção de uma casinha de madeira no recreio. “É a nossa casa da leitura. Também temos lá imensos livros. Temos um monitor – que vai abrir a casinha da leitura. Lá têm livros, almofadas. Agora não entram, por causa da pandemia – mas colocámos as almofadas à frente, eles vão buscar

os livros e sentam-se por ali a ler. Sentam-se no muro, com o livrinho na mão. É mais uma maneira de os tentar chamar para o livro e para a leitura – de uma forma livre, sem obrigatoriedade, por prazer”.

Este ano – e porque a pandemia tem obrigado a muitos exercícios de imaginação – decidiu-se colocar em todos os blocos da escola um cestinho ou um carrinho com livros. Uma resposta possível ao facto de as crianças agora, com as “bolhas”, não poderem circular de um lado para o outro.

Nas atividades desenvolvidas com os professores, “há tanta coisa!”, diz-nos Maria Gracinda. E destaca, em particular, uma atividade de articulação e continuidade: os **ateliers de escrita criativa**, realizados todos os anos, com os alunos do 3º e 4º ano do 1º ciclo.

“Partimos sempre da leitura de uma história, na biblioteca. E, a partir daí, fazemos uma série de atividades – que são atividades de escrita, mas mais lúdicas. O objetivo final é a produção de um texto online”.

Ainda de parceria com os professores, a biblioteca – quando os alunos começam a estudar história - assinala algumas datas históricas.

“Trabalha-se bem – e eu acho que isto é muito importante – porque temos colegas que também gostam e consideram que este trabalho é produtivo e tem valor. Há um interesse e uma continuidade daquilo que se faz na biblioteca”, sublinha Maria Gracinda.

### Quando se trabalha com 60 turmas

Na Gama Barros é outra a dimensão da população escolar. E o trabalho da biblioteca escolar adapta-se naturalmente a esta realidade.

“Estamos a falar de 60 turmas – sublinha Filomena Lima. E eu dificilmente consigo trabalhar com todas as turmas. Quando proponho uma atividade, faço-o às turmas todas – é um princípio que nós aqui temos. Reúno com os colegas. A ideia é articular com o

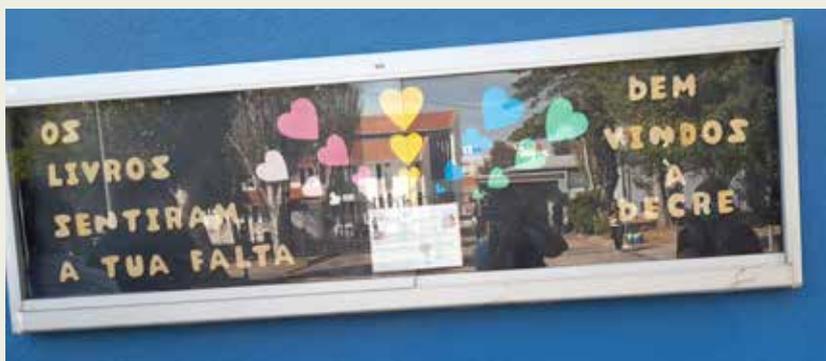


Foto: Lígia Calapez

máximo possível de turmas. Mas temos muitos docentes, muitas disciplinas. Portanto, há uma dificuldade acrescida no estabelecimento de articulações com o currículo. Estamos a falar de, em cada ano, cerca de 10 disciplinas diferentes”.

Assim, a biblioteca escolar trabalha, normalmente, com os docentes de português, de inglês, de história, também com os docentes de ciências. “Matemática e físico-química são disciplinas com as quais não articulamos tanto”, acrescenta Filomena Lima.

No espaço biblioteca são vários os projetos e atividades desenvolvidas.

O destaque – também existe a prática de participação de monitores, mas com menos expressão que no 1º ciclo, pelo menor tempo disponível por parte dos alunos – vai, antes do mais, para o projeto **Ideias com mérito**.

“Apresentámos uma candidatura para utilização de dispositivos móveis em contexto de aula. Isto já foi há uns 9 anos – lembra Filomena Lima. “Com a verba que recebemos (posteriormente reforçada) comprámos alguns iPhones”.

“Claro que nós não estamos a utilizar estes dispositivos para eles estarem a jogar (como estariam se estivessem a utilizá-los em contexto individual) – sublinha a nossa entrevistada. “O que tentamos fazer é escolher determinadas aplicações – que têm uma componente lúdica, mas em que nós vemos um potencial de articulação com o currículo. Estou a pensar nalgumas aplicações fantásticas – como o starwalk (<https://starwalk.space/pt>) - e aí articulamos com a disciplina da

ciência (tem a ver com estrelas, constelações, planetas); e o Back in Time (<https://www.educationlappstore.com/app/back-in-time>) – uma aplicação concebida por portugueses – que utilizamos muito para as aulas de história.

Um outro projeto – partilhado por ambas as professoras bibliotecárias - **Leituras de Porta em Porta**.

Este projeto, explica Filomena Lima, funciona da seguinte forma: “praticamente todos os meses – a propósito de uma efeméride, de um acontecimento histórico importante ou de um autor ao qual estamos a dar destaque – selecionamos um texto, um pequeno excerto (textos naturalmente diferentes para níveis diferentes de escolaridade). Estes textos, sempre associados a efemérides, são apresentados em pequenos rolos – fazendo lembrar os rolos das bibliotecas mais antigas, como a de Alexandria”. Os textos são distribuídos pelas várias turmas (no caso da Gama Barros são selecionadas algumas turmas, mas tenta-se contemplar todas até ao final do ano). O objetivo é, naturalmente, os alunos lerem os textos selecionados.

De entre as efemérides assinalada (tendo naturalmente em conta as diferentes faixas etárias), contam-se, por exemplo, o dia internacional contra a violência contra as mulheres ou, em janeiro, o dia das vítimas do holocausto (um projeto de parceria com a Unesco, envolvendo uma série de atividades).

### Clubes de leitura e envolvimento dos alunos

Os Clubes de Leitura são um projeto do agrupamento. Assumindo

naturalmente diferentes formas conforme a faixa etária a que se dirigem.

Na **Gama Barros** é mais difícil conseguir que os alunos venham por iniciativa própria (teria que ser pós período letivo). Uma dificuldade a que se junta a falta de recursos (a verba atribuída pelo Plano Nacional de Leitura para a compra de livros é insuficiente). Ainda assim, a experiência do ano passado “foi muito, muito boa”, Diz Filomena Lima.

O projeto foi desenvolvido de forma sistemática, organizada, com uma turma do 9º ano e com uma turma do 12º. E, com leituras mais pontuais, com outras turmas do 9º ano. No final, foi apresentada uma ficha, anónima, para ter feedback dos alunos. O feedback foi positivo. “Alguns disseram inclusivamente que, no princípio, não tinham achado muita graça ao projeto, mas que depois tinha sido uma oportunidade para conhecer novos autores, novos livros, e que até tinham gostado de muitas das coisas que tinham lido”, refere Filomena Lima.

No início do projeto a professora bibliotecária faz uma sessão de enquadramento. “Centro-me mais na exploração das capas dos livros, por exemplo. O que os leva a pouco e pouco a entrar no livro antes de o ter lido. É uma aula de interação entre mim e eles. Vão descobrir esses elementos – ver a capa – ler a contracapa – e tentar perceber do que é que falará este livro. Até para os levar depois, no fim da aula, a escolher”.

Depois da leitura dos livros (que levam para casa), os alunos têm uma tarefa – escolher um ou dois excertos, ler depois em voz alta o excerto que selecionaram e, a propósito desse excerto, propor um tema para debate, pedir uma tomada de posição aos colegas. Por exemplo: se tu fosses esta personagem, se estivesses no seu lugar, o que é que tu farias? Ou – concostas com a decisão que ele tomou?

“Entretanto, nós tratamos de temas como o bullying, o holocausto (que trabalhamos sempre), a questão dos refugiados”.

Este ano, naturalmente, já se começou com a leitura de obras de Saramago (para assinalar o centenário). “Começámos com *As Pequenas Memórias* e *O Conto da Ilha Desconhecida*. E vamos fazer a partilha em dezembro”. Estão definidas quais vão ser as duas próximas leituras, envolvendo, nomeadamente, uma turma de ciências. Com alunos do 7º ano a escolha recai sobre as *Cartas da Beatriz*. “Pensamos tratar o bullying; e outra leitura – para debater problemas familiares, a questão da gravidez na adolescência”.

“Eu acho que estes clubes, para além de criarem neles o gosto pelo livro, o gosto pela leitura, também são uma boa oportunidade para os ajudarmos a falar sobre alguns dos problemas com que eles convivem”, considera Filomena Lima.

No **1º ciclo**, as dinâmicas são naturalmente diferentes.

Na **Ribeiro de Carvalho**, esta é uma atividade em que os alunos se envolvem de forma autónoma. “Eles escolhem os livros, estipulamos uma meta de leitura. Combino com eles e vamos conversando. Faço também uma leitura e uma exploração do livro e, na 2ª sessão, há sempre uma apresentação – onde eu apresento o autor do livro, eventuais livros que ele tenha e existam na biblioteca, eu puxo esses livros e mostro-os e convido-os a tentar ler outros livros do mesmo autor. E depois conversamos sobre o conteúdo do livro”, diz Maria Gracinda. “Fazemos pequenos momentos de leitura. Não vamos ler o livro. Houve inclusivamente meninos que não quiseram ler. Aí eu leio com eles. Depois conversamos sobre o livro, o que é que eles acham. Por vezes fala-se de se querem sugerir um final diferente para o livro. É um momento mesmo de leitura. E de conversa sobre o livro”.

“Esta é uma forma de envolvimento das crianças na biblioteca. Sem ser com a turma. A ideia é – venham ao espaço da biblioteca individualmente, autonomamente, livremente”, conclui.



Foto: Lígia Calapez



Foto: Lígia Calapez

### Contos de fadas

O Aladino, a Flauta Mágica, o Capuchinho Vermelho, a Branca de Neve – estão presentes na biblioteca da **Gama Barros**, numa instalação original que marca o momento especial dedicado aos contos de fadas e contos tradicionais (tema do mês das bibliotecas escolares).

Para o comemorar estão previstas várias atividades.

Para os alunos do 5º ano foi delineado um conjunto de atividades, que passa, por exemplo, pela leitura de excertos do Capuchinho Vermelho, visualização de um filme com o mesmo conteúdo e responder, depois, a uma série de questões. “Na realidade eles

estão a fazer atividades de leitura em diferentes suportes: num filme, num iPad, num livro”, sublinha Filomena Lima.

“Também para o 5º ano, e no âmbito da cidadania e desenvolvimento, haverá uma sessão, sempre com as turmas todas, sobre segurança na internet. “A propósito do Capuchinho Vermelho – vamos inclusivamente passar uns vídeos que estão disponibilizados na SeguraNet (<https://www.seguranel.pt/>), mesmo com o Capuchinho Vermelho. Vou sensibilizá-los para essa questão – que cuidados é que temos que ter nas redes sociais, na internet”.

Para o 6º ano e para o 7º, a sessão de leitura será em torno de uma outra versão, de Roberto Innocenti. “A história de uma menina – o Capuchinho Vermelho – mas no século XXI. E as experiências que ela enfrenta numa grande floresta – só que é uma floresta de cimento. Quais são os perigos que ela enfrenta diariamente e como é que ela vive nessa floresta. Tudo para favorecer um bocadinho de conversa e diálogo com os alunos”, sublinha Filomena Lima.

Com os mais velhos, “vamos ter um filme – Into the Woods – que pega em várias histórias dos contos de fadas – e as liga num tema comum, com base nas versões mais primordiais dos contos de fadas”.

Para o 1º ciclo, Maria Gracinda preparou diferentes atividades. “Uma espécie de peddy-paper, que tem como objetivo passar pelas várias histórias - histórias tradicionais, histórias de fadas; mas também explorar o espaço da biblioteca; explorar também os livros – a capa, a contracapa”. Uma atividade habitual, este mês recorrendo aos contos de fadas.

“Este ano convidamos os pais (eles não podem vir à escola) a gravarem ou filmarem a leitura, em casa, de uma história dos contos de fadas e enviarem para o e-mail da biblioteca. Depois a biblioteca faz a divulgação no blog e o Facebook. É uma coisa nova – normalmente os pais vêm à bibliote-

ca. Mas temos que nos adaptar às realidades atuais. Temos que funcionar, apesar de tudo”, conclui Maria Gracinda.

### Um trabalho apaixonante

“Gosto muito daquilo que faço. É muito trabalhoso, mas vale a pena”. São estes os comentários de Filomena Lima e Maria Gracinda, no fim da nossa conversa. Um trabalho intensivo, a que não faltam dificuldades. Mas também a alegria da gratificação por uma atividade enriquecedora. E entusiasmante.

Para **Filomena Lima**, este é um



trabalho apaixonante. “Porque todos os dias se fazem coisas diferentes. Estamos sempre a tentar criar e pensar em novas coisas que sejam motivadoras para os miúdos, que os possam trazer à biblioteca – no sentido de lhes mostrar mais do mundo, da cultura”.

“É muito trabalhoso – acrescenta – exige muito das pessoas, exige muitas horas. Trabalho aqui e em casa. Nós não temos apenas uma turma. Temos que trabalhar com todas as turmas da escola. Com muitos níveis, com muitos professores”. Mas, acrescenta, “O trabalho com os colegas é um trabalho muito enriquecedor. E

com os alunos também – é gratificante”.

“Gosto muito daquilo que faço. Estamos sempre à procura de coisas novas, de coisas diferentes. O objetivo é levar os meninos à biblioteca, ao livro – a tudo aquilo que a biblioteca oferece – que não é só o livro”, salienta **Maria Gracinda**. E conta-nos um pequeno exemplo de como trabalham: “Nunca tive tanta gente a ler como hoje. Porque, a propósito dos contos de fadas, criamos um cantinho com tulle – e que tem três cadeiras e uma cesta com livros. Os alunos entraram e, espontaneamente, diziam – que lindo, é o espaço mais bonito da escola. Fazemos tudo isto com gosto – e vê-los, ouvi-los, compensa tudo”.

Entretanto – e ambas quiseram sublinhar isto – nenhuma das bibliotecárias está sozinha no seu trabalho.

Filomena Lima conta com o apoio uma equipa de professores que fazem parte da equipa da biblioteca. “Eu não trabalho aqui sozinha. Trabalho com os outros colegas. Sou eu que dinamizo as atividades, mas, quando as estou a preparar, tenho também os outros colegas que me ajudam, que me apoiam, que me dão ideias”. “Esta dinâmica de equipa é importante”, conclui. Também Maria Gracinda conta com o apoio dos colegas. “No 1º ciclo não há equipa –

não há horário para equipa. Mas eu tenho uma equipa. As colegas não têm horas, mas fazemos tudo extra-horário. Temos uma equipa com um professor de cada ano de escolaridade e um colega que está no centro de apoio à aprendizagem (nós trabalhamos muito em comum) e a coordenadora da escola. Como a biblioteca está ali no centro das atividades – reunimos e as colegas ajudam – conversamos, planeamos e fazemos. A equipa somos nós”. ■

# A leitura é crucial em qualquer itinerário de aprendizagem



**Entrevista com Maria José Vitorino, professora, bibliotecária, formadora, consultora, envolvida em diversas associações culturais, nacionais e internacionais.**

• **Ligia Calapez e Sofia Vilarigues**  
|Jornalistas|

**El - Estamos no Mês Internacional da Biblioteca Escolar. Este ano a Rede de Bibliotecas Escolares lançou como desafio a recriação artística de contos de fadas e contos tradicionais de todo o mundo. A propósito deste tema, poderíamos começar por uma questão genérica: Que ligação entre livros, leitura, bibliotecas escolares, contos de fadas e contos tradicionais?**

**Maria José Vitorino** - Todas as ligações. Contar histórias é uma forma antiga de aprender a ler o mundo, treinar a escuta e a relação com as palavras, praticar exercícios de imaginação. Os contos tradicionais definem-se pela sua transmissão, exclusivamente oral durante séculos, antes que as primeiras recolhas e adaptações os fizessem chegar a gerações pelo papel impresso, em livros e folhetos, a pintura, a escultura, o cinema, a rádio e outros meios. O maravilhoso, de que as histórias com fadas e outros seres e entidades fantásticas fazem parte, está presente em muitos deles, como também na literatura posterior que neles se inspira ou com eles se confronta. Contos de fadas

e contos tradicionais não são prisioneiros de um nível etário, são leitura para todas as idades.

As bibliotecas escolares, como todas as bibliotecas, podem e devem contemplar este género nas suas coleções e preocupações, tanto como forma de literatura e de expressão artística – que pode ser oral ou escrita – quer como matéria de estudo de culturas, tempos históricos ou outras matérias úteis às aprendizagens, quer, ainda, pelo seu poder milenar de sedução e encanto que promove a leitura por prazer, autónoma e individualizada.

**De que diferentes modos poderá ser desenvolvido este tema pelas bibliotecas escolares?**

Imensos modos, basta imaginação e vontade. Os recursos são mais que muitos, a começar pelo maior de todos, as pessoas que povoam as escolas e as pessoas com quem elas interagem, dentro e fora das “salas de aula”, e a terminar nos recursos digitais disponíveis em muitos idiomas.

Este tema, como outros, tem de ser abordada pelas bibliotecas escolares conforme os públicos de cada uma, o projeto educativo em que a

biblioteca se integra, a sua missão e os meios que pode mobilizar.

**Os contos de fadas e contos tradicionais permitem conhecer melhor as diferentes regiões do mundo? Que outros saberes trazem estes contos? Qual o trabalho das bibliotecas escolares nesse domínio?**

É impossível responder a estas perguntas de forma breve e neste tipo de entrevista. Os contos, por si, não promovem nem dificultam o conhecimento do mundo – o modo como são abordados, lidos, objeto de mediação, sim. As bibliotecas, e as escolares entre elas, trabalham-nos de há muito, e de muitas formas. Por isso, o tema foi escolhido internacionalmente pela IASL International Association of School Librarianship, associação que integra profissionais e entidades de todo o mundo, envolvendo escolas de todos os tipos e níveis de ensino, do jardim de infância ao ensino superior. Tal como a noite e o dia são comuns a todos os habitantes do planeta, o sonho e o maravilhoso, nas suas múltiplas versões, diferentes ou coincidentes, é um fator que nos une como humanos.

## Vivemos atualmente uma fase da vida das escolas em que se considera, como prioridade, a recuperação das aprendizagens (não apenas de conteúdos, mas também relacionais, por exemplo). Qual a importância da leitura nesta recuperação?

A leitura é crucial em qualquer itinerário de aprendizagem, seja qual for a dimensão ou o ritmo, as dificuldades e os desafios.

## Como cativar os estudantes para a leitura? Qual pode ser, também aqui, o papel das bibliotecas escolares?

Como nos ensinou a raposa de Saint-Exupéry, cativar é labor continuado e persistente. As bibliotecas escolares e toda a escola, tal como as famílias, têm um papel decisivo na construção e no crescimento de leitores e leitoras desde tenra idade. Hoje, toda a gente vai à escola, e é impensável, ou deveria sê-lo, uma escola sem biblioteca escolar moderna, ágil, qualificada e inovadora. O que inclui segurança no pensamento sobre a leitura, a literacia, as competências leitoras e também sobre o modelo, ou modelos, de biblioteca escolar e dos seus serviços e filosofia.

## Qual a cobertura das escolas pela rede de bibliotecas escolares?

A Rede de Bibliotecas Escolares foi criada pelo Ministério da Educação em 1996. Desde então, procurando cumprir o objetivo de dotar todas as escolas de ensino não superior com serviços de biblioteca, tem prosseguido na integração de todos os estabelecimentos de ensino público, mantendo a perspetiva de trabalho em rede entre bibliotecas escolares próximas e destas com as bibliotecas de leitura pública municipais – em alguns casos, associando ainda outras unidades de documentação vizinhas no mesmo território, como as de museus ou centros de interpretação.

Em 30.10.2020, havia 2524, segundo dados oficiais (<https://www.rbe.mec.pt/np4/dados>).

Existem alguns casos de escolas privadas integradas na Rede, mas é um número muito residual – o investimento em bibliotecas no ensino privado é muito variável, de-

pende da filosofia e das prioridades de cada oferta educativa de cada empresa. O mesmo se passa com centros de formação, mesmo os de gestão pública, que raramente contemplam a biblioteca nos seus planos de gestão, assumindo que os alunos e os professores podem recorrer a coleções particulares ou municipais, sem articulação desta oferta formativa com as redes de bibliotecas existentes, mesmo quando geograficamente próximas ou, acessíveis virtualmente, com afinidades temáticas.

Como nas casas, boa cobertura não é apenas sinalização do telhado – o abrigo que ele proporciona depende da sua constituição e do seu estado. Há muito caminho andado, mas muito ainda por andar, se queremos solidez e sustentabilidade desta cobertura.

A cobertura deve ser analisada também do ponto de vista da qualidade dos recursos (incluindo a qualificação, estabilidade e valorização dos meios humanos) e dos serviços de biblioteca escolar, de acordo com a missão que lhes é definida pelo conceito de biblioteca que a RBE aplica e o Manifesto da Unesco/IFLA sublinha desde 1978.

Na sua última versão, [publicada pela IFLA em 2021](#)<sup>(1)</sup>, a cidadania, a inclusão e a igualdade de acesso à educação são sublinhadas, bem como a cooperação com as bibliotecas públicas:

*The Vision of the School Library Program*

*The school library program improves and enhances teaching and learning for the entire school community through its qualified school library professionals, collections and, and active collaborations for literacies, thinking, and global citizenship in inclusive and equitable education.*

*The Mission of the School Library Program*

*The school library program and its qualified school library professionals focus on student growth by providing equitable access for learning experiences, resources, and learning spaces that enable all members of the school community to become engaged critical thinkers, effective readers, and responsible users, evaluators, and creators of information in multiple formats.*

*Equitable access to the learning commons in primary and secondary school library environments, resources, and differentiated instructional opportunities for all learner needs and abilities must be ensured, regardless of age, race, gender, religion, sexual orientation or identity, disability, nationality, language, professional, economic, or social status.*

*Specific access must be provided for those who are unable to use mainstream library services and materials.*

*Access to school library program services and collections should be based on the United Nations Universal Declaration of Human Rights, and should not be subject to any form of ideological, political, religious censorship, or to commercial pressures.*

*School libraries link to public libraries and the wider information network, in accordance with the IFLA Public Library Manifesto.”*

[No site da IFLA há versões em francês, castelhano e alemão, deste documento]

## Que relação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares?

Cooperação, colaboração, parcerias, partilha, trabalho de projeto. A facilidade maior ou menor de cumprir estas dimensões depende de múltiplos fatores, incluindo a cultura dominante em cada uma das instituições envolvidas (e nas suas hierarquias respetivas – no caso das bibliotecas públicas, geralmente as autarquias, no caso das bibliotecas escolares, os decisores responsáveis pela gestão das escolas) e em cada profissional que dinamiza as bibliotecas, que nem sempre se sente preparado para os desafios desta relação “com o exterior” na sua formação inicial e contínua e, ou, nos indicadores de avaliação/valorização da sua prestação profissional. Todas estas bibliotecas se encontram e, frequentemente, confluem nos terrenos da mediação leitora e da mediação cultural, tal como muitas associações e muitos profissionais da área da cultura e da educação, quer a formal quer a não formal. A aproximação com serviços educativos dos Museus é também de salientar, e vem representando um desafio assinalável. A evolução

tecnológica dos contextos digitais, ao contrário do que muitos previram, veio reforçar estas afinidades, em Portugal e por todo o Mundo, onde, por exemplo, a agenda da literacia é uma das mais consensuais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 aprovados pela ONU, que tornam o papel das bibliotecas determinante.

### **Há instituições e associações com papel de relevo junto das bibliotecas escolares? Podemos referir alguns exemplos?**

Deduzindo que a pergunta se refere a entidades nacionais...

Nacionais: RBE Rede de Bibliotecas Escolares – que mantém um corpo de coordenadores interconcelhios para acompanhamento no terreno dos projetos das/com as bibliotecas escolares, PNL2027 Plano Nacional de Leitura 2027; indiretamente, a DGLAB, que se dedica sobretudo à Rede Nacional de Leitura Pública (bibliotecas municipais e redes de bibliotecas de cada Comunidade Intermunicipal CIM); algumas CIM desenvolvem programas que envolvem as bibliotecas escolares; a Fundação Calouste Gulbenkian constitui também um poderoso apoio.

Regionais: RRBE Rede Regional de Bibliotecas Escolares dos Açores, ABM Direção Regional de Arquivo e Biblioteca da Madeira.

Municipais: Bibliotecas Municipais (Leitura Pública), no âmbito do protocolo da RBE e, ou, dos Planos Locais de Leitura, quando existem; SABE Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares – existem em muitos municípios, com dinâmicas diferentes, integram serviços municipais de bibliotecas e de educação.

### **Gostaria de destacar boas práticas de bibliotecas escolares?**

Há muitas, felizmente, e responder a esta questão é mesmo impossível sem ser injusto ou incompleto. Sujeito que o SPGL procure divulgar caso a caso nos seus meios de comunicação.

### **Que problemas – em geral - são mais sensíveis ao nível do seu funcionamento?**

Meios humanos – qualificação, estabilidade, valorização, quantidade ajustada. Condições de planeamento e de avaliação para a melhoria de forma regular, sistemática e não burocratizante.

### **Com que apoios contam?**

Internos, dependendo dos meios e prioridades das escolas, dos agrupamentos, das comunidades educativas, dos poderes locais e regionais.

Externos, os que derivam da Rede de Bibliotecas Escolares e de políticas locais de cultura e de leitura, quando existem. Há cada vez mais bibliotecas integradas em projetos apresentados pelas autarquias e, ou pelas escolas, ou por entidades parceiras (associações, empresas, fundações, outras) para financiamento por programas nacionais e, ou europeus no domínio da educação e da cultura, mas são sempre apoios pontuais, mesmo que plurianuais, e não estruturantes.

### **Integrou a ENSIL, uma rede europeia informal em torno das bibliotecas escolares e literacia da informação. Que nos pode dizer sobre o trabalho desenvolvido por esta rede?**

Incidiu sempre na linha da [Proclamação Uma biblioteca em cada escola](#)<sup>(2)</sup> pela equidade e igualdade, contra as exclusões e as visões restritivas da leitura, da aprendizagem, da biblioteca escolar. Reforçou redes formais (com relevo para a da IASL) e informais entre profissionais e especialistas de diversos países europeus.

Abriu caminho para múltiplas iniciativas como a [Global Media and Information Literacy Week \(Unesco\)](#)<sup>(3)</sup> que decorre sempre em Novembro, e o [Comité conjunto IFLA\\_IASL](#)<sup>(4)</sup>, criado em 2017 e que prossegue atividade envolvendo europeus e não europeus.

### **Que outras organizações internacionais gostaria de destacar no trabalho com as bibliotecas escolares?**

IASL International Association for School Librarianship <https://iasl-online.org/>

IFLA International Federation of Libraries and Associations [www.ifla.org](http://www.ifla.org), que tem uma secção dedi-

cada às Bibliotecas Escolares.

### **A BAD Associação Portuguesa de Bibliotecário Arquivistas e Documentalistas tem um Grupo de Trabalho Bibliotecas Escolares. Qual o trabalho deste Grupo?**

O grupo de trabalho existe desde 1990, tendo evoluído ao longo das décadas, com algumas alterações na designação. No início de Janeiro de 1995, promoveu o I Encontro Nacional de Documentação e Informação Escolar, que reuniu na Fundação Gulbenkian mais de 700 participantes de todo o país, coincidindo com a publicação do despacho que deu origem a um Relatório encomendado conjuntamente pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Cultura a um grupo de trabalho coordenado por Isabel Alçada (usando o nome Isabel Veiga), que seria publicado com o título [Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares \(1996\)](#)<sup>(5)</sup> fundamentando a criação da RBE, com um gabinete coordenador dirigido por Teresa Calçada.

Este grupo de trabalho, hoje com a designação de GT de Bibliotecas Escolares, coordenado por João Paulo Proença, Isabel Antunes e Maria José Amândio, continua aberto a inscrições livres e gratuitas. Vem participando em todos os Congressos da BAD e promovendo diversas oportunidades de aprendizagem e de partilha, em regime de voluntariado, entre profissionais e especialistas, incluindo *webinars* regulares, biblioteca comum, e outras linhas de trabalho. Envolve profissionais de bibliotecas escolares e públicas de diferentes regiões do país com perfis diversificados, desde os assistentes operacionais, professores bibliotecários, professores, bibliotecários de leitura pública, mediadores, formadores e outros. Mantém uma página no Facebook: [BAD BIBLIOTECAS ESCOLARES](#)<sup>(6)</sup> ■

<sup>(1)</sup> [https://cdn.ifla.org/wp-content/uploads/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla\\_school\\_manifesto\\_2021.pdf](https://cdn.ifla.org/wp-content/uploads/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla_school_manifesto_2021.pdf)

<sup>(2)</sup> <https://www.yumpu.com/pt/document/read/14304350/proclamation-a-library-for-every-school-portuguese-ensil>

<sup>(3)</sup> <https://en.unesco.org/commemorations/global-milweek>

<sup>(4)</sup> [https://cdn.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/news/ifla\\_iasl\\_joint\\_committee\\_nov2018-2.pdf](https://cdn.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/news/ifla_iasl_joint_committee_nov2018-2.pdf)

<sup>(5)</sup> [https://www.rbe.mec.pt/np4/lançarRede.html?newsId=105&fileName=lançar\\_rbe.pdf](https://www.rbe.mec.pt/np4/lançarRede.html?newsId=105&fileName=lançar_rbe.pdf)

<sup>(6)</sup> <https://www.facebook.com/groups/badbibliotecasescolares>

# 5.º ENCONTRO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES DO CONCELHO DE ALMADA



## Livros e literacias

• Sofia Vilarigues

Jornalista

**Nos passados dias 9 e 10 de setembro decorreu o 5º Encontro de Bibliotecas Escolares do Concelho de Almada. Aqui vos deixamos alguns momentos do encontro, que foi rico em partilha de teorias e práticas.**

### Pensar a leitura e a escrita

“O quê e como leem os meninos mais pequenos” foi o tema da intervenção de María Emilia López, pedagoga, escritora e editora argentina. “A leitura e a literatura têm múltiplas funções na primeira infância”, considerou. “Esta riqueza é dada não apenas pelo que ensina às crianças sobre as estruturas formais da linguagem e da arte de narrar, como também pela bagagem de situações imaginárias, a possibilidade de viver

outras vidas, de ampliar a experiência própria”. “Com o que é necessário contar para exercer estas funções da leitura e da literatura?” questionou. “Destacaria a oralidade poética, os bons livros, as boas mediações de leitura e a presença de bibliotecas”, foi a resposta. Considerando que “existe uma relação de continuidade entre a leitura literária por prazer, como jogo, e a aprendizagem formal da leitura e da escrita”, María Emilia López inventou um novo verbo, “leiturar”, que reúne algo do verbo ler com algo do verbo amar.

“Novas abordagens da leitura e da escrita” foram apresentadas por Margarida Fonseca Santos, professora e escritora, através do projeto *Re-Word-It*. Citando O. Fred Donaldson, “As crianças aprendem enquanto brincam. E, mais importante, enquanto brincam, as crianças aprendem a aprender”, assinalou que “esta é uma filosofia que nos acompanha em tudo o que fazemos”. “Aquilo que nós precisamos de ter para ler é uma série de palavras automa-

tizadas no nosso cérebro”, considerou. Para isso, “nós temos que usar a nossa capacidade de aprendizagem e ela depende da nossa memória”. “Aquilo que eu queria partilhar convosco tem a ver com o segredo da evocação”, afirmou, “ou seja para a memória de longo prazo considerar que alguma coisa é importante para guardar existem duas coisas. A primeira é a nossa atenção interessada naquilo que estamos a fazer. Mas se nós evocarmos, ou seja, se tentarmos recordar aquilo que acabámos de aprender, ela torna-se cada vez mais robusta”. Portanto, no *Re-Word-It* trabalham com textos curtos, que permitem mobilizar a atenção e o jogo na leitura e na escrita.

### Projeto Livros Traquinas

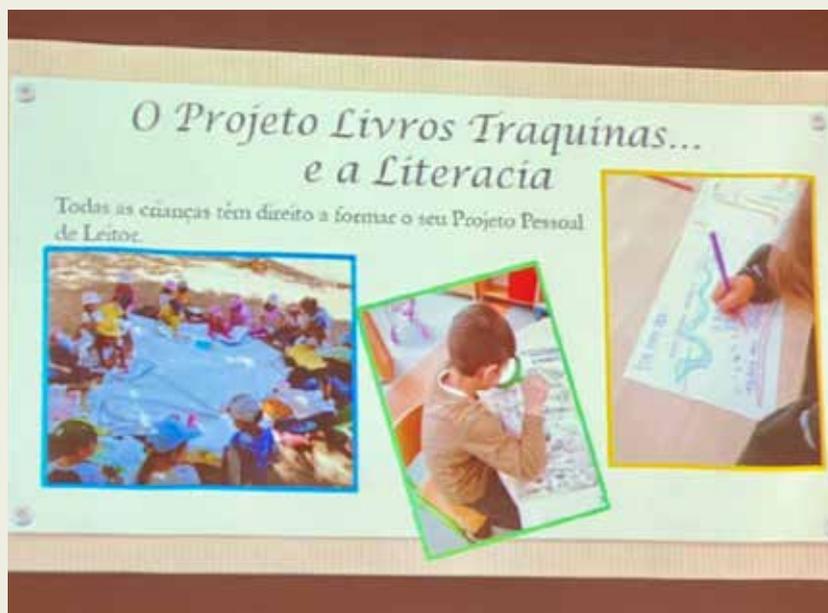
“A ação *Projeto Livros Traquinas* tem como objetivo sensibilizar para o valor que o livro e a leitura desempenham no desenvolvimento das crianças a frequentar o ensino pré-escolar público do concelho”, apresentou Fernanda Eunice Figueiredo da Rede Mu-

nicipal de Bibliotecas de Almada. “Através da disponibilização de livros a todas as salas deste nível de ensino, pretendeu-se promover uma maior interação dos alunos com a leitura que contribuisse para construir sentido em torno da escrita, curiosidade pelo livro, competências de ouvir, ler e compreender. O projeto disponibilizou 97 malas com uma coleção de 55 livros por mala, num total de 5.335 livros”.

A partilha de experiências das educadoras de infância de diferentes escolas do concelho com as malas dos *Livros Traquinas* foi o foco do painel.

Armanda Almeida, educadora do AE Professor Ruy Luís Gomes, assinalou o livro como “fonte de informação, acréscimo de curiosidade e conhecimento do mundo” e falou da “literacia emergente no jardim de infância”, afirmando que nestas idades “a palavra escrita é uma novidade”. “Nós no Jardim de Infância tínhamos e continuamos a ter uma verba bastante pequena do Ministério da Educação, e que temos de utilizar em todo o tipo de materiais”, referiu, destacando a importância da mala. Do Projeto salientou que “todo o processo evolutivo foi potenciado pela oportunidade de podermos usufruir de uma grande diversidade de livros, com qualidade e que de forma transversal nos apoiava em todas as áreas do currículo”.

“A Bruxa Mimi”, de Valerie Thomas, foi o primeiro livro (com as dinâmicas geradas) aqui apresentado, por Alexandra Fernandes, do AE Monte de Caparica, que referiu que “já trabalhamos com a maleta há alguns anos”. A partir do livro celebraram o Dia das Bruxas, fizeram desenhos, houve muitos questionamentos – “Como é que as bruxas vivem? Quem são as bruxas? Elas fazem bem? Elas fazem mal? Elas têm o quê? Têm abóboras? Têm gatos pretos? Onde é que elas vivem?” - e partiram à procura de respostas na enciclopédia e em computador. Outros livros trabalhados este ano foram “O Monstro das Cores”, de Anna Llenas, em que



associaram cores às emoções, e foram dizendo e explicando as suas emoções e colocando uma “moedinha” num pote com cor, os potes das emoções. “A Escola e os Cravos”, de Luísa Lobão Moniz, foi uma oportunidade para partir à procura do que é o 25 de Abril e para pintarem cravos. “O lobo que Sonhava com o Oceano”, de Orianne Lallemand, levou a diversas atividades, como representar o mar. E, por último, “Stella - Estrela do Mar”, de Marie-Louise Gay, envolveu atividades com estrelas.

Ana Leal, educadora do AE da Trafaria, focou-se na forma como fez a apresentação das malas e como as crianças tomaram conhecimento das malas e daquilo que estava dentro delas. “Eu chamei *Projeto Livros Traquinas – Companheiros de Viagem*, porque eles nos fazem viajar muito e por muitos sítios”. “Apresentei a mala no meio da sala, sem dizer o que a mala tinha. E perguntei: mas o que é que será isto?”, as respostas foram muitas. Depois, “eu disse: vamos espreitar. E abri a mala. Até para mim é um grande entusiasmo, cada vez que vou abrir a mala e tento perceber que livros é que lá estão. É como se eu tivesse a abrir um presente de Natal, fosse criança. É assim que sempre acontece na minha sala e na minha escola quando recebemos uma mala. É uma surpresa”. Os livros da mala levaram então a muitas viagens. Até África.

Ao mundo da fantasia. A jardins cheios de cor e cheiros. Ao mundo dos animais. À horta do avô Joaquim. “E a muitos sítios mais”.

### Práticas das escolas

Num painel de professoras bibliotecárias de Almada, moderado por João Paulo Proença, Coordenador Interconcelhio para as Bibliotecas Escolares dos concelhos de Almada e Seixal, deram-se a conhecer práticas das escolas de vários níveis de ensino.

“Nós somos um agrupamento aLer+ e o projeto tem o nome *aLer m@is Todos Contam*, existe desde 2018”, introduziram Luísa Batista e Madalena Cardoso, do AE Ruy Luís Gomes. “Organizamos as nossas atividades em 4 vertentes. Leitura para todos (atividades abertas e livres para os alunos – é um incentivo para o prazer de ler, de forma autónoma). Leituras à volta do currículo (aí já estão envolvidas atividades em sala de aula e colaborativamente com os professores nas diferentes áreas disciplinares). Leituras com Arte – projeto Das palavras aos Atos – onde ligamos a leitura ao teatro, ao vídeo/cinema e à rádio, à parte da comunicação. E as Novas leituras – aqui o ponto de partida já não será tanto o livro – envolvendo sempre a parte digital e tendo como objetivo que os alunos produzam recursos digitais e que possam ser utilizados por todos”. As ati-

vidades foram variadas, desde os 10 minutos a ler, uma iniciativa com os professores de todos os anos (desde o 1º até ao 12º), onde os alunos todos os dias leem 10 minutos, à criação de poemas, a dramatizações, à elaboração de um vídeo sobre o 25 de Abril.

O projeto *Ler, ver e fazer (n) o mundo* foi apresentado por Ana Paula Noválio, do AE Daniel Sampaio. “Atualmente, qualquer jovem é possuidor de um telemóvel com câmara, com o qual capta e divulga a realidade que observa, por isso pareceu-nos que associar a leitura e a escrita ao audiovisual e às redes sociais poderia ser uma forma de concretizar os nossos objetivos”. Para além da abordagem de conteúdos curriculares, o projeto contempla ainda a produção de pequenos filmes que sensibilizem os jovens para questões como os valores da Democracia, Cidadania e Direitos Humanos, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para o papel da leitura e análise de textos, da literatura e da escrita neste processo.

“Temos este projeto, de continuidade, que assenta em 2 livros,



produzidos pelos alunos, professores e professores bibliotecários”, apresentou Cristina Cruz, do AE Caparica. O projeto foi distinguido com o prémio Fazer em Rede da Rede de Bibliotecas Escolares em 2020/21. Iniciou-se com a coleção “O meu amigo”, em 2015. Em 2017, juntou-se-lhe “Livro em viagem”. Este, com um tema anual, remete para a escrita de uma história e sua ilustração iniciada pelos alunos do pré-escolar e continuada pelos alunos dos diferentes anos e ciclos. “O meu amigo” reúne anualmente textos de alunos de todos os níveis de ensino, sendo a ilustração da responsabilidade de

professores e alunos. “Neste momento conta já com 6 títulos diferentes – tivemos, por exemplo, Viagens de Família (que reflete a diversidade cultural). O último título, foi sobre O Meu Lugar Imaginário – teve muita adesão por parte dos alunos do secundário, talvez por estar ligado ao sonho, à utopia”. ■

Para saber mais

[www.rewordit.pt](http://www.rewordit.pt)

<https://becre.ruyluigomes.org/>

<https://bibliologue.wordpress.com/>

<http://maislivrosquemares.blogspot.com/>

## Centro de Documentação do SPGL

### Um novo recurso para sócios e investigadores

O SPGL vai disponibilizar, para consulta e empréstimo domiciliário, um vasto acervo bibliográfico especializado em matérias de educação/ensino e sindicalismo docente, embora disponha também de obras de referência e de literatura geral. A pesquisa poderá vir a ser efetuada através da PORBASE, uma vez que o protocolo de adesão a esta rede nacional já está assinado, faltando apenas a disponibili-

zação do catálogo.

O acervo conta com mais de três mil títulos, resultado de ofertas e das aquisições que o SPGL tem efetuado ao longo dos seus 47 anos de vida, a que se juntou o espólio herdado do extinto Sindicato Nacional de Professores. Este era o sindicato corporativo dos professores e investigadores do sistema particular e foi fundado no início do Estado Novo. Foi liderado durante vários anos por um investigador com fortes relações académicas internacionais, que constituiu uma biblioteca

onde pontuavam alguns títulos que permanecem até hoje inéditos no nosso país.

Apesar dos trabalhos de catalogação ainda se encontrarem em curso, brevemente será possível a pesquisa e a consulta dos títulos já tratados.

O Centro de Documentação do SPGL está a preparar um conjunto de iniciativas para a sua divulgação e promoção junto dos sócios e da comunidade académica. Porque o conhecimento é um bem público! ■



# Ocidente acidental

Joaquim Jorge Veiginha

## Prólogo

Historicamente, poderemos distinguir dois tipos de ocidentais: os ocidentais acidentais e os ocidentais não acidentais. Os primeiros veem o Ocidente como um mero ponto cardeal, como uma mera contingência do destino, já que poderiam ter nascido no polo oposto da geografia mundial. Os segundos, concebem o Ocidente como uma categoria política a que se sentem vinculados ou a que se opõem militantemente. Se tivermos em conta o período da Guerra Fria, os ocidentais não acidentais eram fundamentalmente os partidários do chamado ‘mundo livre’. Um exemplo marcante desta plêiade é-nos dado pelo norte-americano Samuel P. Huntington, que no seu célebre ensaio “O Choque das Civilizações” (1996), mostra-nos um mapa do “mundo da Guerra Fria: anos 60” em que o Portugal salazarista e a Espanha franquista são representados como pertencendo àquele mundo extinto. Esta coincidência entre mundo livre e Ocidente desaparece no período pós-Guerra Fria. O mesmo autor forneceu-nos um elucidativo quadro estatístico sobre a utilização dos termos mundo

livre e Ocidente pela imprensa de referência norte-americana. Assim, a designação ‘mundo livre’ para o “New York Times” neste período diminuiu 38%, enquanto a designação ‘Ocidente’ aumentou 213%. Por sua vez, para o “Washington Post”, os valores são -40% e +142%, respetivamente. No que respeita aos antiocidentais, a situação também se alterou. Assim, no período da Guerra Fria havia duas categorias dominantes: os defensores e apologistas do socialismo de Estado soviético e os partidários do ‘Grande Timoneiro’ Mao Zedong que os tratavam desprezivelmente por ‘social-imperialistas’ e consideravam que só o Oriente era ‘vermelho’, a cor política que simbolizava a emancipação das massas do ‘imperialismo’ norte-americano e do ‘social-imperialismo’ soviético. Em contrapartida, no pós-Guerra Fria, tal como os partidários do mundo livre, desapareceram do horizonte político os velhos antiocidentais. Em seu lugar, o estandarte passou, sobretudo após os atentados de 11 de setembro de 2001, para os diversos fundamentalismos de marca islamista, de que se destacaram primeiro a Al-Qaeda

de Bin Laden e mais recentemente o Estado Islâmico (E-I) com as suas inúmeras ramificações na África e na Ásia.

## Da invasão soviética do Afeganistão à conquista de Cabul pelos talibãs

Segundo rezam as crónicas dos ocidentais não acidentais do período da Guerra Fria, a União Soviética invadiu o Afeganistão em 24 de dezembro de 1979 para apoiar o governo da República Democrática do Afeganistão que lutava contra os mujahidins, a guerrilha insurgente dos fundamentalistas islâmicos de diversas nacionalidades, que foram apoiados pelo Paquistão, a Arábia Saudita e também pela China ‘antissocial-imperialista’ e, sobretudo, pelos EUA, a outra potência hegemónica do mundo bipolar, a que se juntou a sua ‘colónia’ da Grã-Bretanha e o resto do Ocidente não ocidental. O que as crónicas jornalísticas ocidentais não ocidentais da época não disseram ou ocultaram é que a ‘via verde’ para o apoio norte-americano aos

insurgentes remonta a 3 de julho de 1979, data em que o Presidente Carter assinou a primeira ordem de apoio aos mujahidins que combatiam o governo afegão que só depois se tornaria ‘pró-soviético’. Numa entrevista ao ‘Nouvel Observateur’ de 15-21 de janeiro de 1998, o conselheiro do Presidente norte-americano, Zbigniew Brzezinski, defendeu, como máximo representante do Ocidente não acidental, que esta manobra de antecipação tinha sido “uma excelente ideia”, como é confirmado pela carta que escreveu a Carter em que se congratulava com “a oportunidade de dar à União Soviética a sua guerra do Vietname”. Esta estratégia sobrepunha-se às vozes discordantes no seio de alguns ocidentais não acidentais que alertavam para os perigos decorrentes do apoio aos insurgentes islamitas. Porém, armar e assessorar terroristas futuros não constituía um problema para o conselheiro de Carter: “O que é que é mais importante em face da história do mundo? Os talibãs ou a queda do império soviético? Alguns excitados islamitas ou a libertação da Europa central e o fim da Guerra Fria?” (Fonte: ‘Le Monde Diplomatique’, setembro 2021).

**armar e assessorar terroristas futuros não constituía um problema para o conselheiro de Carter: “O que é que é mais importante em face da história do mundo? Os talibãs ou a queda do império soviético? Alguns excitados islamitas ou a libertação da Europa central e o fim da Guerra Fria?”**

**(Fonte: ‘Le Monde Diplomatique’, setembro 2021).**

## A caixa de Pandora

Os eventos que se sucederam demonstraram que, no fim de contas, aqueles “alguns excitados islamitas” eram muitos mais: em 11 de setembro de 2001, atentado da Al-Qaeda de Bin Laden às Torres Gêmeas de Nova Iorque; em 7 de outubro de 2001, invasão norte-americana do Afeganistão contra as alegadas bases da Al-Qaeda no país com o derrubamento do regime talibã e a instauração pela força de uma frágil democracia ocidental não acidental; em 2003, invasão norte-americana do Iraque para derrubar Sadam Hussein sob o falso pretexto de que o seu regime escondia armas de destruição maciça apontadas para o supremo representante do Ocidente não acidental, os EUA. Em finais de 2011, o Presidente Barack Obama não fez mais do que constatar o falhanço estrondoso da estratégia norte-americana no Iraque quando anunciou a retirada do país: “O Iraque não é um lugar perfeito. Tem muitos desafios pela frente, mas deixamos atrás de nós um Iraque soberano, estável e autossuficiente com um governo representativo do seu povo” (Fonte: ‘L’Espresso’, 5.09.2021). No verão de 2014, os insurgentes do E-I proclamavam o califado islâmico em Mossul, disseminando-se pelo Iraque à medida que conquistavam cidade após cidade. Assim, o E-I recebeu o testemunho de uma Al-Qaeda enfraquecida para continuar a saga ainda mais violenta da jihad global, desmentindo totalmente a profecia do ex-Presidente norte-americano. Sete anos depois, Cabul caía nas mãos dos talibãs e a democracia ocidental não acidental no Afeganistão envolta em corrupção desabava como um castelo de cartas perante a retirada dos EUA. Apreendida a triste lição, as declarações do Presidente Joe Biden acabam por revelar que a instauração da democracia ocidental não acidental naquelas paragens era apenas uma figura de retórica para ‘épater le bourgeois’: “A nossa presença no Afeganistão deveria focar-se no motivo pelo qual fomos para lá: garantir que o país não fosse usado para atacar de novo a nossa pátria. Fizemo-lo. Atingimos este objetivo”.

## Os novos ocidentais não acidentais

Se os máximos representantes do Ocidente não acidental constatarem a falência dos seus ideais ‘democráticos’, haverá alguém atualmente que tenha recolhido o testemunho da defesa dos pergaminhos do ex-mundo livre da Guerra Fria? Serão precisamente alguns antiocidentais do passado a assumir esta tarefa de Tântalo. Assim, Massimo Cacciari, filósofo italiano, ex-dirigente do defuncto Partido Comunista Italiano, através de um prodigioso processo de reciclagem ideológica (‘aggiornamento’, em italiano), brinda-nos, a propósito do triunfo talibã, com estas edificantes considerações: “É preferível sempre a mais horrenda ditadura militar (de que possamos pelo menos entender como coisa nossa [‘roba nostra’], veja-se Pinochet), à imprevisibilidade de posições culturais, religiosas, políticas que extravasam o nosso raio de ação” (‘L’Espresso’, 22.08.2021). Numa palavra, para este novo arauto do Ocidente não acidental é preferível a ditadura militar de Pinochet à dos talibãs. Ou seja, no fundo Pinochet é um dos nossos ocidentais não acidentais, ou como diria um norte-americano menos sofisticado ideologicamente do tempo do mundo livre: “He is a son of a bitch, but is our son of a bitch” (Não traduzo para não ferir suscetibilidades). Restam ainda os bons samaritanos justamente chocados com o triste destino da mulheres e raparigas afegãs sob o jugo dos talibãs perante o que designam por “traição do Ocidente” e impotência da Europa. Estes, como a filósofa Donatella di Cesare, indignam-se que esta, sendo a ‘pátria dos direitos humanos’ pouco ou nada tenha feito para evitar este desfecho, “porque os direitos humanos” – sentencia – “são o estandarte da democracia”. Sem dúvida que sim! Mas não é também verdade que esta Europa ocidental não acidental tenha sido igualmente o berço do ‘ovo da serpente’, da ascensão e triunfo do nazifascismo entre 1933 e 1945? Assim falou um ocidental acidental. ■



Foto: Joana Rodrigues

# Dia Mundial do Professor

## 1500 docentes assinalam, em Lisboa, o Dia Mundial do Professor

**Cerca de 1500 docentes assinalaram, em Lisboa, mais um 5 de outubro, Dia Mundial do Professor. Os docentes deslocaram-se do Largo de Santos para o Ministério da Educação, reafirmando ao longo do percurso as suas persistentes preocupações e exigências em torno da carreira docente, das suas condições de trabalho, da necessidade de investir na Educação para a construção de um ensino e educação de qualidade para todos e de uma profissão valorizada e dignificada**

**N**a sua intervenção, o Secretário-geral da FENPROF lembrou as reivindicações e os problemas que os professores em Portugal ainda esperam ver resolvidos: recomposição da carreira, regime de aposentação e rejuvenescimento da profissão, horários e condições de trabalho, precariedade profissional e regime de concursos, defesa de um regime de gestão democrática das escolas e combate à municipalização. Mário Nogueira reiterou o compromisso

de sempre da FENPROF com os professores: *«a nossa disponibilidade para negociar é completa, mas se essa não for a atitude do governo, a nossa determinação para lutar será total»* A presidente do Conselho Nacional, Manuela Mendonça, na sua intervenção sublinhou a importância social da profissão docente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Salientou que o reconhecimento público da profissão docente não se reflete nas medidas políticas do governo que

conduzem à desvalorização da profissão docente, cada vez menos atrativa. Foram projetados vários vídeos de sindicatos de diferentes países e do secretário-geral da Internacional da Educação, David Edward, todos eles centrados no significado do Dia Mundial do Professor e na importância da profissão docente. A data passou à margem dos nossos governantes, que, significativa e olímpicamente, a ignoraram. ■

# Espetáculo comemora aniversário do SPGL e abertura do ano letivo

“Escola é saber e futuro, mas também é encontro”

**P**ode discutir-se se, como princípio geral, um sindicato deve promover um espetáculo de abertura do ano letivo, sobretudo num período em que a profissão docente se encontra tão maltratada pelos responsáveis governamentais. Mas neste ano letivo de 2021/2022 impunha-se celebrar o regresso a uma quase normalidade após dois anos de afastamento físico do espaço escolar. Como sublinha a frase que o SPGL escolheu, a **Escola (...) também é encontro** – o encontro físico entre docentes, entre alunos, entre toda a comunidade escolar.

O SPGL associou, assim, neste espetáculo de 14 de outubro dois momentos: a celebração do regresso ao espaço escolar e os seus 47 anos ao serviço dos professores e da Educação, uma vez que a epidemia obrigou ao adiamento, pelo menos em parte, das comemorações que deveriam ter ocorrido durante o mês de maio.

Este espetáculo teve também uma originalidade: foi construído com a “prata da casa”, isto é, professores e educadores, boa parte deles dirigentes e delegados sindicais. E não consta que a qualidade tenha estado ausente.

Com a devida vênia, aqui se regista os participantes nesta iniciativa pioneira: Orquestra Geração (Grupo Gerasopros, dirigido por Bruno Santos), ClaxEnsemble e FlauPiContra Trio, que também integrou o coro, com Dulce Marçal, Fernanda Gomes, Hugo weber, Marcos Pinheiro, Ana Mafalda Pernão e Tiago Derriça, autor dos arranjos musicais para canções de Zeca Afonso que este coro interpretou.

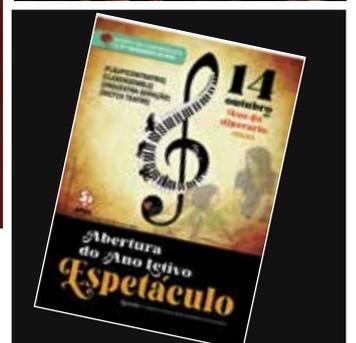
“Blá,blá,blá, blá... Vamos falar de Educação” foi uma curiosa denúncia do mal-estar na profissão docente a cargo de Ana Rita Lourenço, Cátia Domingues, Deolinda Marques, Elizabete Zagalo, Ricardo Prata e Marcos Pinheiro.



Fotos: Joana Rodrigues



Num breve improviso, o presidente do SPGL, José Feliciano Costa afirmou que esta iniciativa é para continuar. ■



# Conselho Geral aprova parecer sobre atividade do SPGL e regulamento do contencioso

**No dia 13 de outubro, reuniu o Conselho Geral do SPGL. Da ordem de trabalhos constavam a “Apreciação e emissão de parecer sobre o Relatório de Atividade Sindical do ano letivo de 2020/2021” e “Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Funcionamento do Departamento de Contencioso”.**

**D**iscutido o texto apresentado pela direção, que pode ler-se na página do SPGL, o Conselho Geral aprovou, sem oposição, o seguinte parecer:

## **Parecer sobre o Relatório de Atividade Sindical**

O relatório de atividades do ano letivo 2020/2021 apresentado pela direção do SPGL, mesmo que não exaustivo, mostra claramente que num período absolutamente “fora do normal” por via da pandemia, o sindicato, em iniciativas próprias ou integradas na FENPROF e na CGTP-IN, manteve uma atividade reivindicativa persistente e conseguiu as soluções logísticas necessárias para responder às questões apresentadas pelos sócios, com respeito pelas regras sanitárias decididas pelas autoridades de saúde.

Como o relatório refere, as regras de

confinamento, de distanciamento físico e de proteção sanitária coletiva limitaram o envolvimento e participação dos professores em algumas iniciativas que contaram sobretudo com a presença de dirigentes e delegados sindicais, cuja presença é de realçar. A atividade desenvolvida neste período dignificou o SPGL e a vida sindical.

Assim o Conselho Geral do SPGL, reunido a 13 de outubro de 2021, manifesta concordância com o relatório apresentado.

Anabela Delgado apresentou a proposta de Regulamento de Funcionamento Do Departamento do Contencioso, aprovado por maioria, com um voto contra.■

## Agrupamento de Escolas Gil Vicente

### De como uma má gestão pode destruir uma escola

**N**a recente reunião sindical na Escola Gil Vicente, em Lisboa, os professores presentes, em número assinalável, tinham em comum queixas quanto ao modo como a direção gere o agrupamento e apreensão quanto ao futuro da escola.

Queixaram-se uns que os horários, com longos e irracionais “furos”, não tinham em mínima atenção a vida de cada um; outros questionavam a atribuição das aulas de língua portuguesa não materna a colegas sem qualquer preparação para isso, ignorando professores com experiência e formação adequada. Alegava uma professora de inglês que, apesar de ser a língua que melhor permite o contato com as

crianças de outros países, tal não tinha sido tomada em conta na distribuição de serviço.

A irracionalidade de critérios na atribuição de turmas e níveis aos professores também foi referida; alguns docentes ficaram com 4 e mais níveis e, outros, com horários integralmente preenchidos com coadjuvações! Discrepâncias quanto aos critérios de atribuição de atividades consideradas letivas na componente não letiva e vice-versa e ilegalidades na constituição dos horários, levam a admitir o pedido de intervenção da Inspeção.

Sintoma claro do mau ambiente criado ao longo dos anos é o facto de 80% dos docentes do quadro do agrupamento (no centro de Lisboa) ter concorrido no

último concurso, para sair, o que nem todos conseguiram.

Houve quem sustentasse que a decadência do prestígio do Gil Vicente em nada preocupa a direção... nem o Ministério da Educação.

O modelo de gestão imposto por Lurdes Rodrigues, com pequenas alterações posteriores, afastando os professores da gestão das suas escolas e concentrando os poderes numa só pessoa, faz com que o resultado pedagógico e o ambiente dependam muito da personalidade do diretor. Haverá escolas em que o modelo vai funcionando. No Gil Vicente, a avaliar pela reunião sindical havida, o resultado é desastroso. Como num elevado número de agrupamentos.■



## Departamento de Professores e Educadores Aposentados

# Reformados/Aposentados reivindicam

### “Melhores pensões e condições de vida dignas para os idosos/Pelo direito dos trabalhadores à reforma e a uma pensão digna”

Foi com este lema que as organizações MURPI e Inter-Reformados/CGTP-IN promoveram iniciativas distritais (Porto, Braga, Aveiro, Coimbra, Marinha Grande, Lisboa, Setúbal, Covilhã, Sines, Avis, Évora, Beja e Faro) no dia 22 de outubro, com a realização de tribunas públicas e distribuindo à população em geral um documento onde defende, nomeadamente, o seguinte:

- É urgente e necessário o **aumento de todas as pensões**, dando especial atenção às mais baixas, melhorar as prestações sociais, garantir o acesso aos bens essenciais e agir no combate à carestia da vida.
- É necessária **dotar a Segurança Social de meios necessários à garantia dos direitos dos pensionistas e aposentados**, por forma a garantir respostas em tempo

útil aos utentes.

- É importante e urgente o **reforço orçamental do Serviço Nacional de Saúde (SNS)** com meios financeiros que assegurem a contratação de profissionais de saúde, criando condições mais atrativas que os fixem ao SNS, nomeadamente melhores salários e carreiras profissionais dignas.

- É imprescindível e necessária a **avaliação da situação dos lares residenciais**, o encerramento de lares ilegais e a criação de uma Rede Pública de Equipamentos de Apoio à Terceira Idade, de qualidade e adaptada às exigências do nosso tempo, assegurando o papel do Estado na garantia da cobertura nacional e na igualdade de acesso.

Também defende para todos os trabalhadores:

- **Emprego com direitos, aumento geral de todos os salários e do salário mínimo nacional para 850 euros**, assegurando melhores condições de vida e

de trabalho aos trabalhadores, bem como melhores prestações sociais que substituam o rendimento do trabalho, incluindo melhores pensões quando passarem à condição de reformados;

- **Pôr fim ao fator de sustentabilidade** que penaliza injustamente as pensões de reforma antecipadas, na sequência do desemprego de longa duração e das pensões antecipadas no âmbito do regime da flexibilização da idade de reforma;

- **Repor a idade legal de acesso às pensões de velhice e de reforma aos 65 anos de idade**, salvaguardando os regimes especiais consagrados, com condições de acesso mais favoráveis;

- **O direito de acesso à reforma antecipada voluntária, sem qualquer penalização, para os trabalhadores com 40 ou mais anos de carreira contributiva, independentemente da idade.**

A união dos trabalhadores aposentados e do ativo será uma força para conseguirmos a vitória! ■

## Memorando de Esclarecimento

### Atribuição de tarefas letivas no âmbito da aplicação do artigo 79.º do ECD <sup>(1)</sup>

*Decorrente do previsto no artigo 79.º do ECD, do qual resulta a redução do tempo letivo do docente, é atribuída a cada professor uma carga horária letiva consoante a idade, nos termos do preceito legal invocado;*

*Esta redução é reconhecida, por se considerar que o exercício da docência é uma profissão de desgaste;*

*Resulta da estatuição do preceito legal referido, a pretensão do efeito antecipatório do desgaste físico e psicológico da profissão.*

Após revisitação do documento em epígrafe, apreciada a sua aplicação e sanadas, por ora, as questões da sua interpretação, convém listar:

Pese embora se reconheça a correta aplicação da lei sobre o número de ho-

ras em função da idade, respeitante às reduções previstas no normativo citado, as funções aí atribuídas pelas direcções contrariam o princípio subjacente à redacção e escoriam o espírito da lei: **atenuar o desgaste físico e psíquico do professor.**

O professor que recebe tarefas que impliquem a utilização de espaços organizados para mais de um aluno - projetos, clubes, estúdios, coadjuvações, ateliers, AECs, apoio educativo ... - preenche o horário de redução letiva, com atividade letiva. Há que o afirmar, sem eufemismos.

**O trabalho atribuído aos docentes, nas horas adstritas à redução, assume assim a substância de componente letiva sob veste jurídica diferente.**

**De forma definitiva e indubitável, a redução de direito no horário dos docen-**

**tes deve ter como referência o previsto no artigo 82.º do ECD, acautelada a natureza específica das tarefas a desempenha na componente não letiva de estabelecimento.**

O SPGL solicita que sejam reapreciados os horários dos docentes na organização da duração do tempo de trabalho com a redução prevista do artigo 79.º do ECD e sua regulamentação, em respeito aos princípios aí estabelecidos e que permitem uma redução efetiva de trabalho letivo e tudo o que implica no cumprimento dessa componente.

António Quitério

<sup>(1)</sup> Disponível para consulta em [ECD Consolidado\\_2018 \(fenprof.pt\)](http://ECD Consolidado_2018 (fenprof.pt)) (consultado em 10-10.2021)

# Bullying institucional

**Cátia Domingues**  
Dirigente do SPGL

O Dia Mundial de Combate ao Bullying assinalou-se a **20 de outubro**.

A data é um alerta internacional para o problema do bullying com que muitos jovens vivem.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), uma em cada três crianças do mundo, entre os 13 e os 15 anos, é vítima de bullying na escola regularmente.

O bullying não é exclusivo dos jovens...então e os professores?!

A desvalorização social, o desrespeito pela classe docente, o desprezo pelos problemas da educação constituem-se como uma espécie de bullying sobre profissionais de educação. Este

bullying tem origem no ME, que é quem dá o mote para toda esta situação de desrespeito pela classe docente e que se reproduz e legitima nas atitudes de jovens e crianças, encarregados de educação, em grupos de redes sociais, e até alguma comunicação social alinhada neste coro de maltratar professores e professoras.

O ME continua a enfiar a cabeça na areia face a todos os problemas identificados: elevado número de alunos por turma, aumento da idade da aposentação, horários sobrecarregados, burocracia e tantas outras situações que não permitem que se viva a escola como um espaço de aprendizagem, partilha e transformação social.

Este governo não tem um rumo para a educação e o desnorte que se vive materializa-se numa espécie de bullying social sobre as escolas e os seus profes-

sionais numa perpétua recusa em ouvir as organizações sindicais e na inexistência de um diálogo negocial.

Bullying quando as estratégias passam pelo impedimento do acesso a casas de banho a dirigentes que aguardavam nas instalações do ME ser recebidos para uma reunião. Bullying quando, em resposta a um pedido de reunião, o ME encarrega alguém dos serviços administrativos de transmitir mentiras sobre a negociação.

O bullying é um assunto sério, causa sofrimento e é preciso tomar medidas para que termine.

Ao bullying institucional é preciso responder com luta pela dignidade da profissão, pelo respeito que merecemos e pelos nossos direitos.

Não abdicamos da luta porque não abdicamos da Escola, nem da educação! ■



Foto: FENPROF

## 3ª Corrida dos Professores e da Educação

Realizou-se, no passado dia 23 de outubro, a 3ª corrida dos Professores e da Educação, uma iniciativa dos sindicatos da FENPROF, apoiada pela companhia de seguros Caravela, pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Associação de Atletismo de Lisboa. Dirigida sobretudo para professores e educadores, a Corrida contou, como vai sendo hábito, com a participação de atletas de várias agremiações.

**CONFERÊNCIA**  
**EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA PARA TODOS, COMPROMISSO COM O FUTURO**  
 EDUCADORES DE INFÂNCIA SÓCIO-PROF. DOS SINDICATOS DA FENPROF

**WEBINAR ONLINE**

**16 e 23 de novembro** 17H00 a 20H00

**NOVEMBRO 2021**

**ORADORES:**  
 - Ana Artur, Professora Auxiliar, Universidade de Évora  
 - Ana França, Professora Auxiliar, Universidade da Madeira  
 - Carlos Neto, Professor Catedrático, FMH da Universidade de Lisboa  
 - Catarina Tomás, Professora Adjunta, Escola Superior de Educação de Lisboa  
 - Maria José Alves, Bibliotecário, Agrupamento de Escolas Soares dos Reis  
 - Raquel Dinis, Professora Auxiliar, Universidade dos Açores

**INSCRIÇÃO ONLINE OBRIGATORIA ATÉ 12 DE NOVEMBRO**  
 Link para inscrição: <https://www.guestlist.pt/04482C91g14>  
 Assista ao vídeo de introdução no site: <https://www.youtube.com/watch?v=04482C91g14>

Logos: FENPROF, FEPE, FEPE, FEPE, FEPE, FEPE, FEPE, FEPE

## Conferência

“Educação de Infância para todos, compromisso com o futuro”

### Programa

#### Dia 16 de novembro de 2021

Horário 17h às 20h em webinar

- **O Curso de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico**

Ana França, Professora Auxiliar da Universidade da Madeira a exercer funções na Faculdade de Ciências Sociais – Departamento de Ciências da Educação;

- **Brincar e ser ativo na educação pré-escolar**

Carlos Neto, Professor Catedrático e docente da Faculdade de Motricidade Humana (FMH) da universidade de Lisboa;

- **Educação de Infância: entre desafios e dilemas**

Raquel Dinis, Professora Auxiliar da Universidade dos Açores e Diretora da Licenciatura em Educação Básica e abordará desafios e dilemas na Educação de Infância.

- **Debate**

#### Dia 23 de novembro de 2021

Horário 17h às 20h em webinar

- **Planear e avaliar na educação pré-escolar**

Ana Artur, Professora Auxiliar na Universidade de Évora, membro do Centro de Investigação em Educação e Psicologia (CIEP-UE);

- **Conquistas e percalços no percurso de pensar a Educação de Infância a partir dos Direitos da Criança**

Catarina Tomás, Professora Adjunta na Escola Superior de Educação de Lisboa e investigadora do CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa;

- **De que forma os educadores contribuem para o desenvolvimento da literacia, ao partilharem a leitura de livros com as crianças?**

Maria José Alves, Bibliotecário Agrupamento de Escolas Soares dos Reis.

- **Debate**

# Escolaridade obrigatória a partir dos 3 anos?

António Quitério  
 Dirigente do SPGL

A Estratégia Nacional para o Combate à Pobreza, apresentada pelo Governo, tem como objetivo “Reforçar os apoios à frequência de creches e pré-escolar assegurando às famílias ... integrando o ensino a partir dos três anos de idade na escolaridade obrigatória”, o que demonstra que o governo não assume a educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica constante na Lei.

Após a publicação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, em 1997, o SPGL e a FENPROF integraram nas suas reivindicações a universalização da oferta de educação pré-escolar para crianças com 3 e 4 anos e a obrigatoriedade de frequência, pelo menos no ano imediatamente anterior ao ingresso na escolaridade obrigatória (no 1º CEB).

Tal pressuposto traduz a recusa de escolaridade obrigatória, entendida *strictu sensu* como escolarização da educação pré-escolar. Defende-se a obrigatoriedade de frequência, mas recusa-se a escolarização precoce na educação pré-escolar.

Durante a escolaridade obrigatória é ministrada “uma formação geral comum a toda a população” (LBSE), mas o mesmo não acontece na educação pré-escolar.

Na Educação (e não ensino) Pré-Escolar, o educador organiza e arquiteta o currículo e as suas planificações partindo do conhecimento que tem da criança, do seu contexto e ambiente educativo. O objetivo do educador, delineado por Orientações Curriculares, visa a construção das aprendizagens e dotar a criança de instrumentos para o sucesso ao longo da vida, através da intencionalidade educativa.

A educação pré-escolar tem uma identidade holística e transdisciplinar que se reveste de vital importância para o ensino/aprendizagem e é suporte da educação e desenvolvimento ao longo da vida, a par de uma maior igualdade de oportunidades.

A Estratégia Nacional para o Combate à Pobreza devia recair na criação de condições para que às famílias fosse garantida uma vida condigna e que passaria pela criação de emprego, retribuições dignas, saúde, transportes e habitação.

Reiteramos que o Governo não assume a importância da educação pré-escolar enquanto espaço educativo que contribui para a igualdade de oportunidades no acesso à Escola e ao sucesso nas aprendizagens.

O nosso claro desacordo é estruturante e opõe a uma desejável frequência obrigatória uma escolarização precoce e desajustada. ■



# Encontro Nacional Ensino Artístico Especializado da Música e da Dança

Ensino Público e Ensino Particular e Cooperativo

13 DE NOVEMBRO . Auditório do Hotel Roma

## PROGRAMA

### MANHÃ

**10h15 – Abertura dos trabalhos**

**José Feliciano Costa**

(Presidente do SPGL)

**Graça Sousa**

(Coordenadora do Departamento do EPC da FENPROF)

**10h30 - I. O EAE – Missão e ofertas**

**1. Ensino especializado e educação artística: duas missões distintas?**

**Maria Helena Vieira**

(Professora da Área de Educação Musical da Universidade do Minho)

**2. Oferta educativa no ensino especializado**

Música – **Sérgio Leite** (Diretor do Conservatório Loulé)

Dança – **Margarida Silva** (Professora de Dança na Sociedade Filarmónica Gualdim Pais – Centro de Formação Artística, Tomar)

**3. Ensino artístico e política cultural: duas faces de uma mesma moeda**

**Carlos Canhoto** (Professor no Conservatório de Música da Guarda)

**11h30 – DEBATE**

**12h30 – INTERVALO PARA ALMOÇO**

### TARDE

**14h00 - II. Rede e financiamento do EAE**

**1. Escolas artísticas especializadas e escolas de ensino regular com cursos especializados**

**2. Que distribuição geográfica?**

Análise da situação existente e necessidade de expansão da rede pública

**3. O papel da rede de ensino particular e cooperativo na sua complexidade e diversidade, o seu financiamento e integração com a rede pública**

**Manuel Rocha** (Professor Conservatório de Música de Coimbra)

**Conceição Brandão de Sousa**

(Professora na Academia de Amadores de Música)

**14h30 – DEBATE**

**15h15 - III. A situação socioprofissional dos docentes do EAE Ensino Público/ Particular e Cooperativo**

**1. Que condições de trabalho:**

.Admissão e vínculo laboral;

.Carreira;

.Horários de trabalho;

.O (in)cumprimento do currículo –

implicações no trabalho dos docentes;

**2. O Estatuto da Carreira Docente**

**3. A urgência de um Contrato Coletivo de Trabalho para o EPC que dignifique os trabalhadores e os seus direitos**

**4. Equiparação das condições de trabalho entre os docentes do ensino público e do EPC.**

**Rui Paiva** (Dirigente do SPGL, do EAE Particular)

**Graça Sousa** (Coordenadora do Departamento do EPC da FENPROF)

**Ana Mafalda Pernão** (Dirigente do SPGL, do EAE Público)

**Catarina Peixinho** (Dirigente do SPRC, do EAE Público)

**Marta Moreira** (Dirigente do SPN, do EAE Particular)

**16h15 DEBATE**

**17h00 – Encerramento - IV.**

**Trabalho sindical: motor indispensável do desenvolvimento do EAE em condições de trabalho dignas**

**Mário Nogueira**

(Secretário-Geral da FENPROF)



# Ensino Superior Remoto, ou porque não devemos seguir alguém só porque aparentemente sabe para onde vai

André Carmo  
DESI-SPGL

No passado dia 20 de outubro, a FENPROF promoveu a realização de um webinar – *Ensino Superior: Será o ensino remoto solução para o futuro?* – que contou com a participação de três académicos cuja investigação tem incidido sobre esta problemática: Licínio Lima (Universidade do Minho), António Magalhães (Universidade do Porto) e Mário Azevedo (Universidade Estadual de Maringá). Nesta pequena reflexão pretendo colocar em evidência alguns dos argumentos apresentados, tendo em conta que o Ensino Remoto constitui hoje uma das mais importantes arenas de luta sindical. O ponto de partida para qualquer ação sindical consequente é, invariavelmente, uma compreensão profunda e abrangente das dinâmicas de transformação em curso na realidade socio-institucional sobre a qual se pretende intervir. No caso do Ensino Superior, verifica-se que muitas das tendências que se vinham desenrolando ao longo dos últimos anos sofreram uma aceleração sem precedentes no contexto da pandemia iniciada em 2020. Subitamente, a academia encontrou-se numa situação em que o importante era não parar. Mesmo sem saber muito bem para onde se ia, parar, eventualmente para pensar e refletir, nunca pareceu ser uma opção. Ou melhor, foi sempre vista como a escolha daqueles, muitas

vezes rotulados de tecnofóbicos, considerados incapazes de compreender o mundo e antecipar o sentido da história. De uma história que nunca volta atrás. Portanto, no meio da confusão digitalizada, prego a fundo rumo ao futuro. A imbricação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento da chamada universidade digital, a introdução acrítica de instrumentos e ferramentas, senão mesmo a instauração de uma atmosfera digital difusa que tudo reveste e perpassa, estavam já em curso. Mas a crise, bem, a crise é sempre uma oportunidade de negócio à espera de se realizar. Afinal de contas, como dizem os grandes senhores do mundo, nunca se deve desperdiçar uma boa crise. Neste sentido, como sugere António Magalhães, o debate sobre o ensino a distância não pode negligenciar o papel de instituições como o Banco Mundial, a OCDE e, cada vez mais, a UNESCO, que pensam o Ensino Superior em função das necessidades do mercado de trabalho e da economia global. Numa era de capitalismo académico de plataformas, de obsessão patológica com os indicadores e permanente competição, num tempo de empresarialização do ensino superior, os grandes beneficiários são, como não podia deixar de ser, as grandes empresas transnacionais que monopolizam o sector da educação e que canibalizam

as Instituições de Ensino Superior prestando novos serviços e gerando novas necessidades. A *Pearson*, por exemplo, uma das mais bem sucedidas empresas do mercado da educação global, assumia, já em 2016, a vontade de se tornar líder mundial da educação digital. O seu grande objetivo, diz-nos António Magalhães, seria a criação de condições para a interação direta, sem intermediários, leia-se professores, e a individualização dos processos de aprendizagem. Por outras palavras, substituir conhecimento e saber por informação, dotar os estudantes de total liberdade na definição dos seus percursos, tornar supérfluos os professores. Num contexto em que a reflexão crítica sobre as especificidades da educação no Ensino Superior teima em não se fazer, em que o debate em torno destas matérias não se aprofunda, pois as principais preocupações incidem sobre os níveis de empregabilidade dos estudantes e o aperfeiçoamento contínuo dos dispositivos de gestão-controlo-vigilância-monitorização institucional, a adoção da tecnologia e do digital encontra um terreno fértil para o seu enraizamento. Universidades e Politécnicos são hoje instituições vergadas a interesses gerados no seio de um capitalismo académico em constante mutação. A crescente penetração institucional do discurso empreendedor, a desvalorização das aulas teóricas, consideradas

desnecessárias num mundo em que a aquisição de competências é vista como o alfa e o ómega dos processos educativos, ou a redução dos estudantes à condição de clientes dóceis e não de cidadãos esclarecidos, ilustram bem o sentido da mudança. Como defende Licínio Lima, podemos até ter ensino remoto mas a ideia da educação como processo de humanização de seres humanos encontra-se hoje profundamente comprometida.

Ao mesmo tempo, no Ensino Superior, assiste-se à erosão da autoridade profissional e pedagógica de docentes que vão sendo substituídos por plataformas – *blackboard, moodle, canvas*, etc. –, as quais se instituem enquanto atores educativos relevantes. Este processo, que muitos de nós experienciámos na pele nos últimos meses, alterou o carácter da educação. As salas de aulas foram transformadas em plataformas de dados digitalmente configuradas, promovendo novos dispositivos de administração à distância e uma acentuada compressão do espaço-tempo. O trabalho entrou de rompante na esfera doméstica e hiperbolizaram-se as dificuldades de conciliação entre vida profissional e vida familiar. Como não podia deixar de ser, vejam-se os resultados do inquérito à precariedade e ao *burnout* recentemente promovido pela FENPROF, foram as mulheres as que mais sofreram com o acentuar dos desequilíbrios entre os vários espaços-tempos da vida quotidiana.

Novas formas de racionalidade, gestão e monitorização transformam os processos pedagógicos e a própria experiência de aprendizagem dos estudantes, levando ao aparecimento de situações paradoxais, cujo alcance ainda não compreendemos na totalidade. Quando se sabe que o ensino a distância aprofundou desigualdades e teve inúmeros impactos na saúde mental dos estudantes, mas que, ao mesmo tempo, estes parecem ser favoráveis à incorporação de uma componente maior de ensino *online* nos seus percursos educativos, como sublinhou Mário de Azevedo, não podemos deixar de nos interrogar sobre os motivos desta aparente contradição.

Para além disso, o carácter burocrático das Instituições de Ensino Superior,

não está a ser combatido. Tendo em conta o potencial desmaterializador dos ambientes digitais, a promessa de desburocratização da vida académica não se cumpriu. Aliás, como sublinha Licínio Lima, a burocracia não só não foi destronada como, infelizmente, até aumentou. A desmaterialização transfigurou-se em hiper-burocracia e há hoje uma muito maior capacidade de gestão em tempo real de cada pequeno gesto feito por todos aqueles que integram a comunidade académica. Num quadro institucional cada vez menos democrático e onde a concentração de poder é a regra – cortesia de um RJIES cujos impactos ainda não foram devidamente avaliados –, o carácter autónomo da educação e, sobretudo, a liberdade dos atores educativos encontra-se seriamente ameaçada. Neste contexto, assiste-se ao ressurgimento daquilo a que Paulo Freire designava educação bancária, ou seja, uma conceção redutora da educação, caracterizada pela ausência de reflexão, criatividade e pensamento crítico, e em que o processo educativo é reduzido a um mero ato de transmissão. Em última instância, o que está em causa é a capacidade de mobilizar o

digital para promover ambientes de aprendizagem que, ao invés de acentuarem as desigualdades sociais, económicas, culturais e políticas que perpassam as sociedades contemporâneas, sejam capazes de desenvolver o potencial dos estudantes para o pensamento crítico, a democracia e a justiça social e revalorizar o papel central desempenhado pelos professores e educadores. Para alcançar esses objetivos, é tão importante rejeitar conceções tecnofóbicas que “deitam fora o bebé com a água do banho” como a narrativa acrítica e celebratória do digital que hoje domina a nossa paisagem académica. A proletarianização, a despolitização e a acentuada desdemocratização da academia, constituem obstáculos enormes ao desenvolvimento de qualquer alternativa contra-hegemónica que, sendo desejável, possível e necessária, é ainda difícil de vislumbrar. No entanto, como defende Licínio Lima, não podemos ignorar que algumas das tecnologias hoje à nossa disposição têm potencial democrático se forem orientadas nesse sentido. Lutemos, pois, para tornar possível essa reorientação democrática do espaço digital no Ensino Superior. ■

## Petição à Assembleia da República

### Pela urgente avaliação e revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)

O RJIES (Lei n.º 62/2007) provocou uma **mudança profunda** da vivência académica, com uma **forte redução da participação na gestão** por parte dos diversos corpos das academias, levou à transformação de universidades e politécnicos públicos em **fundações públicas com regime de direito privado**, contribuiu para a criação das **instituições privadas sem fins lucrativos** na esfera das instituições públicas de ensino superior, com uma forte repercussão na contratação precária de docentes e investigadores.

O próprio RJIES determina que a sua aplicação deveria ser objeto de avaliação cinco anos após a sua entrada em vigor. **A avaliação e subsequente revisão do RJIES só peca por tardia e deverá ser oportunidade para que os seus**

**impactos, decorridos cerca de 14 anos, sejam mais bem percecionados.**

Vimos, por este meio, peticionar à Assembleia da República que crie as condições necessárias para que se proceda, com a maior brevidade, à avaliação do RJIES e, de acordo com os resultados obtidos, à sua revisão. Peticionamos, também, que neste processo, pelas implicações que tem, a Assembleia da República promova, necessariamente, o envolvimento das instituições de ensino superior, dos membros da comunidade académica (docentes, investigadores, pessoal técnico e administrativo e estudantes) e das associações e sindicatos que os representam.

**Documento para impressão e assinatura em: <https://dados.fenprof.pt/821>**



# Contributos para uma educação intercultural e antirracista

**Ariana Furtado**

Prof. do 1ºCEB da EBI do Castelo - Lisboa

*“A educação intercultural pretende promover o reconhecimento e a valorização da diversidade como oportunidade e como fonte de aprendizagem para todos, no respeito pela multiculturalidade das sociedades atuais, bem como desenvolver a capacidade de comunicar e incentivar a interação social, criadora de identidades e de sentido de pertença comum à humanidade.” – Direção Geral da Educação.*

A Escola que eu vivo é, na sua essência, única e diversa, ao mesmo tempo. Cada criança é um mundo. Cada criança transporta consigo experiências em famílias diversas, conversas únicas, modos de estar, de viver e atuar que devem ser fonte de aprendizagem e de

ensino. É preciso estimular e preservar a dignidade humana e o respeito pelo outro desde a infância. Sendo assim, o racismo não é só uma discriminação estrutural, é também um obstáculo ao pleno gozo e realização dos Direitos Humanos.

A base das transformações numa escola passa por uma gestão democrática. Sem isso, as mudanças correm o risco de serem inócuas ou de ampliarem ainda mais as violências. Desta forma, é preciso que os professores pensem e dialoguem em conjunto com estudantes, famílias, comunidade escolar e sociedade civil, para compreenderem quais são os desafios, como o racismo se manifesta naquele ambiente e como criar coletivamente um plano de ação para superá-lo.

A comunidade escolar pode e deve construir protocolos de prevenção, processos de formação contínua, e

pensar em procedimentos de encaminhamento.

Cumprir o direito à educação para todos os estudantes e permitir que todos tenham a sua identidade e história acolhidos no espaço escolar é combater o racismo.

O processo de acolhimento e de reconhecimento das identidades requer que a escola repense todas as suas dimensões: de acolhimento, curricular, formativa e de avaliação. Assim como material didático, arquitetura e rotinas escolares. Também depende de uma atenção quotidiana exigente construída dentro de cada uma.

Repensar a história contada pela maioria dos livros didáticos, construídos a partir do ponto de vista eurocêntrico é uma forma de fortalecer a identidade de todos os estudantes. Ninguém quer olhar para o material pedagógico que o rodeia e ver a sua história apresentada

apenas a partir de uma perspectiva de derrota e sem resistência. Mostrar as contribuições de pessoas racializadas para a ciência, o português, a matemática é outra das formas de promover a valorização do outro. É preciso começar a pensar na escola como produtora de conhecimentos mais igualitários. Esta deve perguntar o que os alunos sabem e, a partir daí, construir novos conhecimentos.

### O território

Parte do que as crianças e adolescentes sabem vem do território. Este surge como um importante elemento no processo de efetivação de ações de educação inclusiva. É nele que a maior parte das relações nascem e se desenvolvem.

Conhecer como vivem e pensam as crianças e os adolescentes a partir de um perfil demográfico, de saúde, condições de habitação, assistência social, transporte, segurança pública e violência torna-se vital.

A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o lugar do exercício da vida.

Neste sentido, procurar possibilidades educativas no território habitado pelos educandos é uma forma de trazer a vida sociocultural para o interior do ensino-aprendizagem, tornando possível a garantia da integralidade dos direitos das crianças e dos adolescentes e transformando o território em território educativo. Assim como dialogar com organizações e associações com trabalho no terreno.

*Nos detalhes do cotidiano, na escola, podemos ter uma ação transformadora.*

### O corpo docente

Olhar para quem a escola contrata e quem ocupa os espaços de gestão também faz parte de promover uma educação antirracista, de perceber como esta sociedade diversa tem atuado. Não são poucas as escolas em que apenas ao fim do dia, com a chegada das empresas de limpeza, vemos adultos de diferentes etnias... A representatividade precisa ser constantemente trabalhada para que os alunos reconheçam um modelo de personalidade em alguém

parecido com eles. Auxilia também na construção de uma identificação positiva existencial.

Parte da nossa responsabilidade também está em rever a expectativa que se cria em torno de determinados alunos. Se expressarmos permanentemente que determinado aluno sabe menos do que outro, ele irá, inevitavelmente, desmotivar-se, desvalorizar-se e aprender menos. O racismo no trato da criança de quem se espera menos, desfaz sonhos e traça, eventualmente, outros caminhos.

O racismo não se perpetua por argumentos racionais, mas por uma percepção deturpada do outro. É preciso começar por ler o exterior, ler o corpo de todos os estudantes com dignidade e respeito e começar a educá-los para ver as diferenças como oportunidade de enriquecimento de nós todos. É também ler o cabelo, a cor da pele, os lábios e o nariz sem uma caracterização negativa, para inclusive aumentar a autoestima dos alunos.

*O professor tem de estar na linha da frente da defesa do direito fundamental à diferença.*

Em outubro de 2019, o Conselho Nacional de Educação produziu uma reflexão sobre cidadania e educação antirracista.

Importa relembrar **recomendações feitas pelo Conselho Nacional de Educação que integram a proposta de Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação.**

**1.** O reforço de políticas públicas de combate à exclusão e à pobreza, mas também de políticas públicas visando explicitamente o combate à discriminação e ao racismo. **2.** A recolha de dados sobre raça e etnia na caracterização de aluna/os dos vários níveis e sistemas de ensino. **3.** O estímulo a uma discussão alargada, a partir da escola, da expansão portuguesa e do colonialismo, fundada nos trabalhos de investigação histórica nesta área, que contribua para ajudar a/os aluna/os na construção de um pensamento autónomo e crítico, que integre o sentido do relativo, a tolerância e a valorização da diversidade, e reconheça os efeitos destes processos nos quotidianos de hoje. **4.** A inclusão nos

currículos de uma visão abrangente e não etnocêntrica dos fenómenos, tendo em conta os princípios e valores constitucionais, o referencial dos direitos humanos e a diversidade social e cultural do país, com especial atenção às disciplinas que abordam figuras e acontecimentos históricos e questões sobre a diversidade sócio-demográfica. Esta visão requer uma forte aposta na formação dos professores e implica atender, especialmente nos manuais escolares, às formas de representação de pessoas não-brancas, às referências à escravatura e ao comércio de pessoas escravizadas, ao destaque de figuras históricas (e.g., artistas, líderes políticos) de diferentes etnias/raças, às narrativas que reconheçam a diversidade da população portuguesa, incluindo referências à história das comunidades ciganas. **5.** A promoção de um programa nacional de educação antirracista e para os direitos humanos envolvendo atividades curriculares, extracurriculares e de educação não-formal. **6.** A ênfase no clima democrático das escolas enquanto organizações nucleares e sustentadoras da vida em democracia. **7.** A consolidação da autonomia da escola para constituir e decidir sobre a contratação das equipas educativas que melhor se adequam aos projetos que visam uma efetiva educação antirracista. **8.** A centralidade de contratação de profissionais especializados na escola, que possam apoiar estratégias de inclusão e educação antirracista. **9.** A realização a nível nacional de um programa de formação contínua de educadores, professores e funcionários não docentes para a inclusão e a educação antirracista e a sua valorização para efeitos de progressão nas respetivas carreiras. **10.** A importância do estabelecimento de redes e parcerias comunitárias, com forte articulação entre serviços públicos, mas também a relevância da construção de relações de confiança e proximidade entre as escolas, as comunidades e as famílias. **11.** A redução dos riscos de encaminhamento de crianças e jovens para dispositivos que limitam o acesso à progressão escolar. **12.** A ênfase na dimensão de convivialidade, favorecendo estratégias para melhorar o acolhimento de alunos estrangeiros (migrantes, refugiados). ■



**Almerinda Bento**  
Dirigente do SPGL

## Livros, Leitura, Bibliotecas

**O** que recordamos das escolas onde fomos alunos/as, onde fomos professores/as? Que papel tiveram as escolas nas nossas vidas, no traçar dum percurso que nos fez seguir um determinado caminho e não outro? Que papel teve aquele professor ou professora, num determinado momento do nosso percurso escolar e que foi determinante para sermos o que somos hoje? Estas perguntas surgiram-me da leitura da compilação de textos de docentes aposentados que deram o seu testemunho escrito para o “Memórias - 2020/2021”, um projecto do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL, o qual teve a sua apresentação no dia 22 de Outubro no auditório do nosso sindicato. Trata-se de uma segunda leva de textos,

em que memórias únicas e significativas nas vidas desses professores testemunham o valor social da nossa profissão, assim como a mais-valia que é a interacção com crianças e jovens em formação.

Ao ler aqueles treze textos das “Memórias”, olhei-os a dois níveis – enquanto professora e enquanto aluna – e a ideia que tinha para o meu texto no EI deste mês foi corroborada com a leitura do texto “Ensinar por Amor” da colega Dolores Parreira, com o qual me senti muito identificada. Ela releva a importância que deu na sua prática docente à motivação dos seus alunos para a leitura, como ferramenta fundamental na formação de cidadãos informados e críticos, criativos, abertos à diversidade do mundo e à sua transformação, quebrando barreiras e preconceitos.

Todos nós, em maior ou menor grau, encontrámos

nos livros e nas bibliotecas muitas das portas e janelas que nos abriram ao mundo, para além do nosso espaço familiar e de pertença mais imediato. Para aqueles que não dispunham de livros em casa, as bibliotecas itinerantes ou as bibliotecas escolares foram o espaço acolhedor e da descoberta estimulante de grandes “amigos” que mudaram para sempre as nossas vidas.

Num mundo cada vez mais digital, em que o livro físico poderá vir a desaparecer num futuro (o que não acredito), substituído por outros suportes ou por outras actividades que não a leitura (o que não desejo), a importância da literatura e o seu papel insubstituível como porta para o futuro não podem ser descurados nem desvalorizados. Compete aos professores e educadores criar espaços de equilíbrio e lutar contra o peso desmesurado dos conteúdos programáticos

que afunilam alunos para exames ou provas de avaliação, como se isso fosse a finalidade das suas vidas, e lhes retiram motivação ou tempo para a fruição da leitura. Enquanto professora, desempenhei vários anos tarefas de responsabilidade em bibliotecas e mediatecas de escolas onde leccionei. Sei como, em momentos de escassez de pessoal auxiliar, se desviavam os funcionários das bibliotecas para outros serviços ditos “essenciais” na escola e se fechava a Biblioteca! Nada disso preocupava/preocupa o Ministério da Educação. Era a sua resposta fácil a um problema que existia e que existe.

Termino, socorrendo-me dum frase de Alberto Manguel, no seu livro “Uma História da Leitura” que a colega Dolores Parreira cita no seu texto: “Ler, quase tanto como respirar, é uma das nossas funções vitais.” ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

# Aos SÓCIOS

## Contacte-nos



SPGL  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,  
1070-128 Lisboa  
●Tel: 213819100  
●Fax: 213819199  
●spgl@spgl.pt  
●Direção: spgl@spgl.pt  
●www.spgl.pt

**Serviço de Apoio a Sócios**  
●TEL: 21 381 9192  
●apoiosocios@spgl.pt

**Serviço de Contencioso**  
●TEL: 21 381 9127  
●contencioso@spgl.pt

**Serviços Médicos**  
●TEL: 21 381 9109  
●servmedicos@spgl.pt

**Serviços (seguros, viagens, etc.)**  
●TEL: 21 381 9100  
●servicos@spgl.pt

**Centro de Documentação**  
●TEL: 21 381 9119  
●fenprof@fenprof.pt

**Direção Regional de Lisboa**  
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100 Fax: 213819199  
drlisboa@spgl.pt

**Direção Regional do Oeste**  
●Caldas da Rainha  
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-  
329 Caldas da Rainha  
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:  
caldasrainha@spgl.pt  
●Torres Vedras  
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,  
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2  
2560-619 Torres Vedras  
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:  
torresvedras@spgl.pt

**Direção Regional de Santarém**

●Abrantes  
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B  
2200-397 Abrantes  
Tel: 241365170 Fax: 241366493  
abrantes@spgl.pt  
●Santarém  
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-  
232 Santarém  
Tel: 243305790 Fax: 243333627  
santarem@spgl.pt  
●Tomar  
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.  
2300-460 Tomar  
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:  
tomar@spgl.pt  
●Torres Novas  
R. Padre Diamantino Martins,  
lote 4-Loja A  
2350-569 Torres Novas  
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:  
torresnovas@spgl.pt

**Direção Regional de Setúbal**

●Setúbal  
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218  
Setúbal  
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:  
setubal@spgl.pt  
●Barreiro  
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336  
Barreiro  
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:  
barreiro@spgl.pt  
●Almada  
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A  
2800-015 Almada  
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:  
almada@spgl.pt

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

# Ações realizadas em outubro



## Visita a Alfama e Mosteiro de S. Vicente de Fora

O Departamento de Professores e Educadores Aposentados reiniciou a sua atividade presencial com um passeio cultural por Lisboa, no dia 14, e em que participaram 45 pessoas que, em grupos de 15, palmilharam Alfama, desde a Casa dos Bicos ao Mosteiro de S. Vicente de Fora.

A igreja e o mosteiro contam com um notável recheio artístico do século XVII, época de D. Pedro II e de D. João V, num período rico para as artes. Os mais de 100 mil azulejos do período barroco, onde se encontram as fábulas de La Fontaine, chamaram a atenção e a curiosidade de todos. Nas dependências da Igreja está localizado o Panteão Real dos Braganças e o Panteão dos Patriarcas de Lisboa. A Dinastia de Bragança, desde o

reinado de D. João V ao de D. Manuel II, o último rei de Portugal, termina por via da implantação da República, em 1910.

O Panteão Real da Dinastia de Bragança é composto, na sua maioria, por túmulos sob a forma de gavetões feitos em mármore situados junto das paredes laterais da grande sala que foi percorrida, com interesse, pelos visitantes.

Esta visita permitiu, igualmente, o nosso primeiro encontro tão esperado, depois de tanto tempo de covid-19, que impediu os nossos encontros e a nossa participação nas iniciativas do Departamento. Foram assim horas de grande e alegre convivência.

## Visita cultural a Peniche

A 20 de outubro, 55 docentes aposentados, visitaram a cidade de Peniche, começando por apreciar o mural de azulejos comemorativo dos 46 anos do 25 de Abril, iniciativa da FENPROF realizada por 48 escolas do Continente, Madeira e Açores.

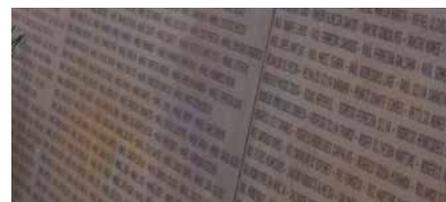
Acompanhados pelo professor aposentado João Neves, membro do Conselho Nacional da URAP, percorreram-se ruas da cidade, ouvindo as

importantes descrições focados no roteiro das Casas de Peniche, Solidariedade, Repressão e Resistência, do nosso colega guia. Visitou-se, depois, o Museu da Renda de Bilros de Peniche.

Na parte da tarde, acompanhados por João Neves e Ângela Alves, Coordenadora do Serviço Educativo do MNRL, entramos no Museu Nacional Resistência e Liberdade, que muitos de nós já conhecíamos, mas que sempre revisitamos com o mesmo interesse.

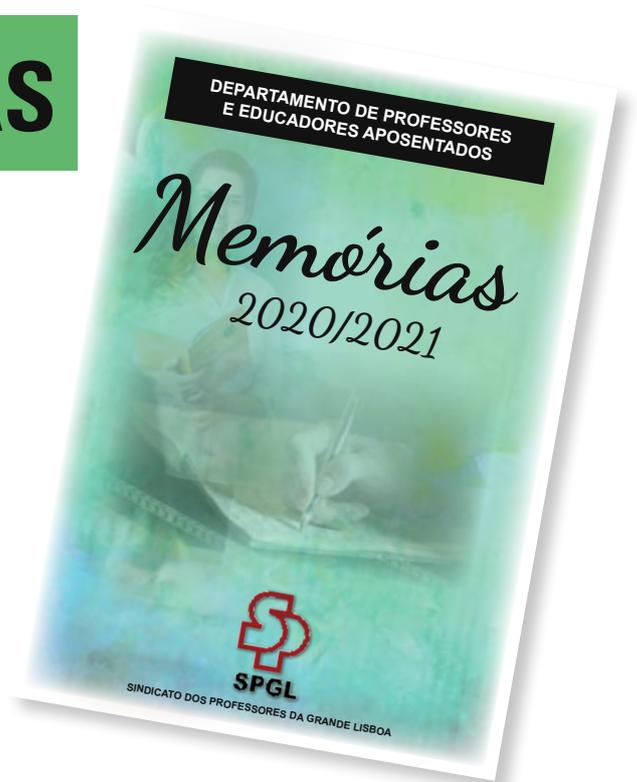
Juntámo-nos no Memorial aos antigos presos políticos tão bem descrito por António Borges Coelho: *"Nomeai um a um todos os nomes/Lutaram e resistiram. A liberdade guarda a sua memória nas muralhas desta fortaleza."*

Por fim, visitamos a exposição "Por teu livre pensamento" e a escultura "Candelabro" que representa a vida de Aristides de Sousa Mendes. ■



# Projeto - MEMÓRIAS

**Decorreu no dia 22 de outubro, no auditório do SPGL, a apresentação da atividade – Memórias - referente ao passado ano letivo, que não fora ainda realizada, dada a instabilidade dos dois anos letivos transatos devido à pandemia que nos assolou e fez reféns do mundo exterior.**



**A**o coordenador do departamento, prof. Bráulio Martins, coube saudar os colegas presentes e justificar a tardia realização desta atividade bem como outras programadas para o ano letivo de 2020 que não puderam ser levadas a cabo. Apresentou, de forma breve, as atividades a realizar no próximo mês e algumas que decorrerão durante este ano, 2021/22, referindo a “troca de saberes”, a apresentação de obras literárias e visitas de estudo, citando todas as conferências de preparação para a 3ª conferência e a homenagem à escritora MARIA JUDITE de CARVALHO, no centenário do seu nascimento, no dia 17 de novembro.

A cargo da colega Helena Gonçalves estiveram as informações relativas à atividade reivindicativa e à realização da 3ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF, que ocorrerá em Lisboa no dia 24 março de 2022, e da sua importância junto dos docentes aposentados que se defrontam com os problemas inerentes à sua situação social, psicológica e económica.

A colega Almerinda dirigiu os trabalhos apelando ao poder de síntese dos

colaboradores no 2º caderno - MEMÓRIAS - já editado no ano letivo anterior, embora só hoje divulgado, justificando a ausência de alguns colegas que, por motivos pessoais, não puderam estar presentes.

Cada um dos participantes sintetizou a experiência ou uma das experiências que, enquanto professores, mais os marcou, quer pela carga emocional que comportavam, quer pela riqueza humana de um universo escolar que se distribui de forma heterogénea neste país tão restrito em hectares e tão lato e rico em costumes e modus vivendi. Foram relevantes os testemunhos de ocorrências que contribuíram para o fortalecimento da vontade de continuar esta profissão, para a memória feliz que arrecadam na gaveta das suas vivências e movem a escrever, a contar, a comungar com os outros, histórias que ficam no coletivo, embora não na história oficial do ensino público deste país que de tantos incentivos, como os aqui lembrados precisa, para manter viva a arte e o prazer de ensinar.

Desde os meninos do Gache, aos calipolenses (habitantes de Vila Viçosa), aos meninos da Pedreira dos Hún-

garos e outros bairros similares para quem a miséria não é um substantivo abstrato que não se pode castigar, todos foram recordados de forma reveladora de quanto esta profissão enriquece a alma e o sentido de justiça. E até a saudade de anos difíceis pelas condições que nos eram impostas se tornaram laços de ternura com os companheiros e os alunos desses 365 dias. E também se ironizou com a escola que já era velha ao tempo do Estado novo e a que o 25 de abril abriu os átrios com rasgadas janelas de vidro e diluiu o cinzento das paredes, das fardas, dos semblantes, dos livros escolares e trouxe uma lufada de ar à pedagogia.

A colega Almerinda, além de sintetizar de forma breve, mas lúcida, a riqueza de cada estória, agradeceu, em nome do Departamento, o empenho na participação de cada um dos intervenientes, prometendo que mais MEMÓRIAS haverá mantendo viva a comunicação entre nós.

Para finalizar e firmar esta comunhão de ideias brindámos aos professores e ao ensino com um porto de honra num encontro fraterno há muito desejado. ■

# Preparando a III Conferência de Aposentados dos Sindicatos da FENPROF

## Quatro debates que não são só para aposentados

- **9 de novembro 2021:** “Envelhecer com Artes”, com Paula Bárcia, da Companhia Maior.
- **23 de novembro 2021:** “Saúde ao longo da vida” com Isabel do Carmo, médica, nutricionista.
- **14 de dezembro 2021:** “Segurança Social: acautelar o sistema previdencial”, com Maria do Carmo Tavares, ex-responsável na CGTP pelas áreas sociais.
- **25 de janeiro 2022:** “Atividade física e envelhecimento saudável”, por Filomena Carnide, professora na Faculdade de Motricidade Humana (FMH).

Todas as sessões são às **15,30 horas**, no **auditório do SPGL** (Rua Fialho de Almeida, 3). **Também transmitidas por ZOOM**



**Inscrição obrigatória - quer para participação presencial quer para participação “on line”.**

**Nota: para inscrição em cada um dos debates consulte a página do SPGL**

## Legislação

### I Série

• **Resolução da Assembleia da República n.º 262/2021 de 26/10**  
Recomenda a instalação de desfibriladores automáticos externos (DAE) em todos os recintos desportivos e escolas e o reforço da formação em suporte básico de vida

### II Série

• **Portaria n.º 425/2021 de 29/09**  
Regulamenta a tramitação dos procedimentos concursais de recrutamento e seleção dos cargos de direção das Escolas Portuguesas no Estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação

• **Despacho n.º 9787-A/2021 de 07/10**

Determina o apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático no ano letivo de 2021-2022

• **Despacho n.º 10085/2021 de 18/10**  
Autoriza a realização de projetos-piloto de partilha de turmas, no âmbito do ensino profissional, nos estabelecimentos de ensino de nível não superior

## “O meu livro quer outro livro”



Esta sessão será dedicada à escritora Maria Judite de Carvalho, colaborando assim na justa homenagem nacional que tem decorrido no ano de centenário do seu nascimento. Figura ímpar da vida literária no séc. XX, “*flor secreta da nossa literatura*” como a designou Agustina Bessa Luís, impõe-se divulgar a sua vasta obra, finalmente reunida em seis volumes pela Editora Minotauro. Distanciada das sessões publicitárias, recusando a vida social, rotineira e plena de vacuidades, Maria Judite de Carvalho “*alimenta uma vida interior riquíssima, cultiva a noção de pudor e o sentimento de escrúpulo*” (Baptista Bastos, 1989), que se reflete

### Homenagem a

## Maria Judite de Carvalho

**17 de novembro 15h**

na sua obra numa escrita sem ornamentos, mas de uma profundidade comovente e inovadora. Ela fala-nos, precisamente, dos seres humanos, com particular incidência nas mulheres, de quem a solidão, o abandono e a amargura são companheiras quase predestinadas. À flor da pele se ressalta a sua apurada sensibilidade, sentido poético e uma agudeza de espírito invulgar.

A nossa merecida homenagem a Maria Judite, contista, novelista, cronista e poeta, como melhor o saberemos fazer.

Contamos com a vossa presença e o vosso aplauso para esta grande MULHER do séc. XX. ■

# O Regime de administração e Gestão dos Agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas

**A** matéria sob epígrafe encontra-se regulada pelo Decreto-lei nº 75/2008, de 22 de abril e aplica-se, não só aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar como também aos dos ensinos básico e secundário, regular e especializado.

De acordo com o supra referido quadro legal constituem órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas: o Conselho Geral, o Diretor, o Conselho Pedagógico e o Conselho Administrativo aos quais são atribuídas funções diferenciadas decorrentes das respetivas competências.

## I – Conselho Geral

No que respeita a este órgão da Direção há que referir o seguinte:

- a) O artigo 13º do Diploma Legal em questão elenca taxativamente as respetivas competências destacando, a título exemplificativo, as seguintes: eleger o Diretor, aprovar o Projeto Educativo e o Regulamento Interno do agrupamento, apreciar os resultados do processo de autoavaliação e pronunciar-se sobre os critérios de organização dos horários;
- b) O presidente do Conselho Geral é eleito por maioria absoluta dos votos dos membros do mesmo Conselho que se encontrem em efetividade de funções;
- c) No âmbito das respetivas competências o Conselho Geral pode requerer aos restantes órgãos de administração e gestão informações com vista a acompanhar e avaliar o funcionamento dos agrupamentos e de lhes dirigir recomendações;
- d) O Conselho Geral também pode constituir uma comissão permanente, constituída por uma fração do mesmo, na qual pode delegar competências de acompanhamento da atividade do agrupamento entre as respetivas reuniões ordinárias.

## II – Representantes e mandato

No Conselho Geral encontram-se representados os alunos, o pessoal docente e não docente, os pais e os encarregados de educação, os representantes dos municípios e os representantes da comunidade local. Os representantes dos alunos, do pessoal docente e do pessoal não docente são eleitos pelos respec-

tivos corpos, nos termos do artigo 14º, do Decreto-Lei 75/2008 e candidatam-se à eleição de forma separada. O mandato dos membros do Conselho Geral tem a duração de 4 anos. Contudo e exceto quando o regulamento interno fixar de forma diferente o supra referido limite, o mandato dos representantes dos pais e encarregados de educação e dos alunos tem 2 anos escolares de duração (cfr. artigo 16º, do D.L. nº 785/2008).

## III – Reunião do Conselho Geral

Este órgão reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente a requerimento de um terço dos respetivos membros que se encontrem em efetividade de funções ou através de solicitação do diretor do Agrupamento de Escolas.

## IV – Diretor

O Diretor é eleito pelo Conselho Geral e o seu recrutamento é efetuado através de procedimento concursal, de acordo com o artigo 22º do D.L. nº 75/2008, podendo candidatar-se ao cargo docentes dos quadros de nomeação definitiva do ensino público ou professores profissionalizados do ensino particular e cooperativo com contrato a tempo indeterminado com pelo menos 5 anos de serviço e “... *qualificação para o exercício de funções de administração e gestão escolar* ...” que reúnam um dos requisitos constantes do artigo 21º nº 4 do mesmo Decreto-Lei nº 75/2008.

O mandato do Diretor tem a duração de 4 anos (cfr. artigo 25º nº 1 do supra citado Decreto-Lei). Contudo, até 60 dias antes do termo do mandato, o Conselho Geral pode deliberar sobre a sua recondução ou a abertura de um procedimento concursal destinado à realização de nova eleição. É de referir ainda que, de acordo com o mesmo artigo 25º do supra referido Decreto-Lei, não é permitida a recondução do Diretor, nem para um terceiro mandato consecutivo nem “... *para um quinto mandato consecutivo ou durante o quadriênio imediatamente subsequente ao termo do quarto mandato consecutivo*.”

Tendo em conta a extensão da matéria abordada na presente rúbrica do “*Consultório Jurídico*” dar-lhe-ei continuidade na próxima edição do “*Escola Informação*”.



ctt correios

TAXA PAGA  
- PORTUGAL  
CONTRATO 37778

PUBLICAÇÕES  
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR  
EM INVOLUCRO FECHADO  
DE PLÁSTICO OU PAPEL  
DEBEM SER 115C-8228  
PODE ABIR-SE PARA  
VERIFICAÇÃO POSTAL

# MANIFESTAÇÃO NACIONAL

Marquês de Pombal/Restauradores

**20** **14.30 horas**  
LISBOA  
**NOVEMBRO**

# AVANÇAR É PRECISO!

**AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS  
35 HORAS PARA TODOS  
ERRADICAR A PRECARIIDADE  
DEFENDER A CONTRATAÇÃO COLECTIVA**



CGTP  
INTER-SINDICAL NACIONAL

**EMPREGO COM DIREITOS | AUMENTO DAS PENSÕES  
REFORÇO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS | DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**